

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO
- FASF**

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JÉSSICA MARTINS OLIVEIRA

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: um estudo de caso em uma
instituição financeira de capital aberto antes e após a crise econômica e financeira.**

LUZ - MG

2018

JÉSSICA MARTINS OLIVEIRA

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: um estudo de caso em uma instituição financeira de capital aberto antes e após a crise econômica e financeira.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco - FASF, como quesito parcial para a obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Geral

Orientador (a): Pedro Henrique Melillo

**LUZ - MG
2018**

Oliveira, Jéssica Martins.

O45a Análise das demonstrações contábeis: um estudo de caso em uma instituição financeira de capital aberto antes e após a crise financeira . / Jéssica Martins Oliveira. Luz – MG: FASF -- 2018.
92 f.

Orientador: Prof Me. Pedro Henrique Melillo

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco no Curso de Ciências Contábeis.

1. Crise econômica e financeira. 2. Análise das demonstrações contábeis. 3 Indicadores Econômico-Financeiros. I. Título.

CDD 657

JÉSSICA MARTINS OLIVEIRA

ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: um estudo de caso em uma instituição financeira de capital aberto antes e após a crise econômica e financeira.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco - FASF, como quesito parcial para a obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Me. Pedro Henrique Melillo

Prof. Esp. Lindomar Ribeiro dos Santos

Prof. Esp. Nathan Carvalho Alves

Luz, 19 de novembro de 2018

RESUMO

O presente estudo trata sobre o uso das demonstrações contábeis e a sua importância como ferramenta, pois através dos dados coletados nas demonstrações de uma entidade, obtém-se informações relevantes sobre sua situação econômica e financeira. Deste modo este estudo tem por objetivo realizar uma análise nas demonstrações contábeis, nos períodos de 2014 a 2017, em uma entidade do setor bancário, para avaliar os possíveis impactos que a crise econômica e financeira brasileira possa ter causado nessa instituição financeira de capital aberto, listada na BM&F Bovespa, através de cálculos dos indicadores utilizados na análise fundamentalista. Com relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, documental, qualitativa, quantitativa e como um estudo de caso. A análise compreende o período anterior à crise, entre 2014 e 2015, e o período posterior, sendo 2016 e 2017, sendo feita através de técnicas de análise vertical e horizontal, e cálculos dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. Constatou-se que a partir desta análise sua Liquidez encontra-se sólida, mostrando que a instituição consegue honrar com seus compromissos a curto prazo. Os indicadores de endividamento se mantiveram constantes ao longo dos anos e os índices de rentabilidade evidenciaram uma leve queda, demonstrando que de algum modo a crise os afetou. Ainda assim, não foi possível notar efeito negativo nas demonstrações, mantendo resultados positivos, apesar de sutilmente menores. A crise vivida pelo Brasil pode afetar parcialmente os resultados desta instituição analisada, sendo necessário que se readéque para voltar a alavancar seus resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Análise das Demonstrações Contábeis. Indicadores Financeiros e Econômicos. Crise Econômica e Financeira.

ABSTRACT

The present study deals with the use of financial statements and their importance as a tool, because through the data collected in the statements of an entity, we obtain relevant information about their economic and financial situation. The purpose of this study is to carry out an analysis in the financial statements, from 2014 to 2017, in a banking entity, to evaluate the possible impacts that the Brazilian economic and financial crisis may have on this publicly-held financial institution, listed on BM & F Bovespa, through calculations of the indicators used in the fundamentalist analysis. With regard to methodological procedures, this research is characterized as exploratory, documentary, qualitative, quantitative and as a case study. The analysis comprises the period prior to the crisis, between 2014 and 2015, and the later period, being 2016 and 2017, using vertical and horizontal analysis techniques, and calculations of liquidity, indebtedness and profitability indicators. It was verified that from this analysis its Liquidity is solid, showing that the institution can honor with its short term commitments. Indebtedness indicators remained constant over the years and profitability indicators showed a slight decline, demonstrating that the crisis affected them in some way. Even so, it was not possible to note negative effects in the statements, maintaining positive results, although subtly lower. The crisis experienced by Brazil may partially affect the results of this analyzed institution, and it must be readjusted to return to leverage its results.

KEYWORDS: Analysis of Financial Statements. Financial and Economic Indicators. Economic and Financial Crisis.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Balanço patrimonial - Lei 11.941/09.	27
Quadro 2 - Demonstração do resultado do exercício.	29
Quadro 3 - Estrutura do Balanço Patrimonial dos bancos.....	333
Quadro 4 - Demonstração do Resultado de banco.	344
Quadro 5 - Princípios do COSIF.....	356
Quadro 6 – Composição para cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.	38
Quadro 7 - Provisão Crédito Liquidação Duvidosa.....	38
Quadro 8 - Análise Horizontal.	40
Quadro 9 - Análise Vertical.	40
Quadro 10 - Encaixe Involuntário / INTERPRETAÇÃO: Quanto maior.....	41
Quadro 11 - Liquidez Imediata de instituições financeiras.....	41
Quadro 12 - Liquidez Corrente / Interpretação: Quanto maior, melhor.....	42
Quadro 13 - Liquidez Geral / Interpretação: Quanto maior, melhor.	42
Quadro 14 - Índice Empréstimos/Depósitos/Interpretação: Quanto menor, melhor.	42
Quadro 15 - Capital de Giro Próprio. Elaborado por Assaf Neto (2012).....	43
Quadro 16 - Participação dos Empréstimos.....	43
Quadro 17 - Grau de endividamento / Interpretação: Quanto menor, melhor.....	44
Quadro 18 - Composição do Endividamento/ Interpretação: Quanto menor, melhor....	44
Quadro 19 - Imobilização do Patrimônio Líquido/Interpretação: Quanto menor, melhor.	44
Quadro 20 - Indicadores de análise do capital das instituições financeiras.....	45
Quadro 21 - Margem líquida/ Interpretação: Quanto maior, melhor.	46
Quadro 22 - Rentabilidade do Investimento/ Interpretação: Quanto maior, melhor.....	47
Quadro 23 - Rentabilidade do Ativo/ Interpretação: Quanto maior, melhor.....	47
Quadro 24 - Rentabilidade do patrimônio líquido/Interpretação: Quanto maior, melhor.	48
Quadro 25 - Índices básicos de rentabilidade	48
Quadro 26 - Índices de rentabilidade.	49

Quadro 27 – Especificações para Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa.....	55
Quadro 28 - Resultado Crédito de Liquidação Duvidosa.....	56
Quadro 29 - Análise Horizontal do Balanço Patrimonial (BP) – Em milhões de reais....	57
Quadro 30 - Análise Vertical do Balanço Patrimonial (BP) – Em milhões de reais.....	59
Quadro 31 - Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)....	61
Quadro 32 - Análise Vertical das Demonstrações do Resultado do Exercício.....	62
Quadro 33 - Encaixe voluntário.	63
Quadro 34 - Cálculo da Liquidez Imediata (em milhares de reais).....	64
Quadro 35 - Liquidez Corrente.....	64
Quadro 36 - Índice Empréstimos/Depósitos.....	64
Quadro 37 - Capital de Giro Próprio.....	65
Quadro 38 - Participação dos Empréstimos.....	65
Quadro 39 - Independência Financeira.	66
Quadro 40 - Relação Capital/Depositantes.	67
Quadro 41 - Imobilização do Capital Próprio.	67
Quadro 42 - Retorno sobre o Patrimônio Líquido.	68
Quadro 43 - Retorno sobre o Investimento.....	68
Quadro 44 - Rentabilidade do Ativo.....	69
Quadro 45 - Rentabilidade do Patrimônio Líquido.	70
Quadro 46 - Margem Financeira.	70
Quadro 47 - Custo Médio de Captação.	71
Quadro 48 - Retorno Médio das Operações de Crédito.....	71
Quadro 49 - Lucratividade dos Ativos.....	72
Quadro 50 - Juros Passivos.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo de Liquidez.	73
Tabela 2 - Comparativo do Endividamento.	74
Tabela 3 - Comparativo dos indicadores.	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema sobre o Sistema de Intermediação Financeira.....	19
Figura 2 - Intermediação Financeira.....	21
Figura 3 - Esquema Sistema Financeiro Nacional.....	22

LISTAS DE ABREVIATURAS

DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DLPA	Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
CMV	Comissão de Valores Mobiliários
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
LSA	Lei Sociedade Anônima

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Justificativa	15
1.2 Problema	16
1.3 Objetivos.....	16
1.3.1 Objetivo Geral	16
1.3.2 Objetivos Específicos.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Instituição financeira.....	18
2.1.1 Sistema Financeiro nacional.....	19
2.2 Crise e o impacto nas demonstrações	23
2.2.1 Contabilidade.....	24
2.2.2 Demonstrações contábeis	25
2.3 Análise das demonstrações contábeis	25
2.3.1 Balanço patrimonial	27
2.3.2 Demonstração do resultado do exercício.....	28
2.3.2 Demonstração das mutações do patrimônio líquido	30
2.3.3 Demonstração dos fluxos de caixa.....	30
2.3.4 Demonstração do valor adicionado.....	31
2.3.5 Notas explicativas	31
2.4 Análise fundamentalista.....	32
2.4.1 Análise das demonstrações contábeis no ramo financeiro.....	32
2.4.2 Plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF	34
2.4.3 Provisão de crédito de liquidação duvidosa	36
2.4.4 Análise horizontal e vertical	38
2.4.4.1 Análise Horizontal.....	39
2.4.4.2 Análise Vertical.....	39
2.4.5 Indicadores.....	40
2.4.5.1 Índice de liquidez.....	40
2.4.5.1.1 Encaixe voluntário.....	41
2.4.5.1.2 Liquidez Imediata.....	41
2.4.5.1.3 Liquidez Corrente	41
2.4.5.1.4 Liquidez Geral	42

2.4.5.1.5 Índice empréstimos/depósitos.....	42
2.4.5.1.6 Capital de giro próprio	43
2.4.5.1.7 Participação dos empréstimos	43
2.4.5.2 Índice de endividamento	43
2.4.5.2.1 Participação de Capitais de terceiros.....	44
2.4.5.2.2 Composição do Endividamento.....	44
2.4.5.2.3 Imobilização do Patrimônio Líquido	44
2.4.5.2.4 Indicadores de análise do capital das instituições financeiras.....	44
2.4.5.2.5 Independência financeira.....	45
2.4.5.2.6 Relação Capital/depositantes.....	45
2.4.5.2.7 Imobilização do Capital Próprio.....	45
2.4.5.3 Índice de rentabilidade.....	46
2.4.5.3.1 Margem líquida	46
2.4.5.3.2 Rentabilidade ou Retorno do Investimento (ROI)	46
2.4.5.3.3 Rentabilidade ou Retorno do Ativo (ROA).....	47
2.4.5.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido ou Retorno do Capital Próprio (ROE) .	47
2.4.5.3.5 Índices básicos de rentabilidade.....	48
2.4.5.4 Índices de rentabilidade	49
3 METODOLOGIA.....	50
3.1 Tipos de pesquisa	50
3.2 Do ponto de vista de sua natureza.....	50
3.3 Sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema	51
3.4 Sob o ponto de vista dos objetivos.....	51
3.5 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos	52
3.6 Unidade de Análise	53
3.7 Coleta de dados	53
3.8 Tratamento dos dados	54
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	55
4.1 Análise de Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa	55
4.2 Análise horizontal e vertical	56
4.2.1 Análise horizontal do Balanço Patrimonial	57

4.2.2 Análise vertical do Balanço Patrimonial	59
4.2.3 Análise horizontal DRE	61
4.3 Indicadores de liquidez	62
4.3.1 Encaixe voluntário	63
4.3.2 Liquidez Imediata.....	63
4.3.3 Liquidez Corrente	64
4.3.4 Empréstimos/Depósitos	64
4.3.5 Capital de Giro Próprio	65
4.3.6 Participação dos Empréstimos	65
4.4 Índice de endividamento	66
4.4.1 Independência Financeira.....	66
4.4.2 Relação Capital/Depositantes	67
4.4.3 Imobilização do Capital Próprio	67
4.4.1 Retorno sobre o Patrimônio Líquido	68
4.4.2 Retorno sobre o Investimento.....	68
4.4.3 Rentabilidade do Ativo.....	69
4.4.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido	69
4.4.5 Margem Financeira	70
4.4.6 Custo Médio de Captação	71
4.4.7 Retorno Médio das Operações de Crédito	71
4.4.8 Lucratividade dos Ativos	72
4.4.9 Juros Passivos	72
4.5 Comparativo ente os indicadores - Antes e depois da crise.....	72
4.6 Síntese da Análise Econômica e Financeira	76
5 CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXOS.....	85

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a forma de como uma empresa é vista no mercado, quanto aos bons resultados financeiros, o marketing que ela faz, e outros fatores, podem influenciar na sua impressão diante do cenário econômico financeiro atual. Assim, ao diagnosticar a situação de uma empresa, usando um processo técnico de levantamento de dados, e a correta interpretação dos indicadores gerados pela análise o gestor terá condições seguras para os processos de tomada de decisão.

As decisões financeiras são tomadas pelas empresas de forma contínua e inevitável. E na busca de ferramentas para dar suporte às tomadas de decisões, pode-se constatar, que a análise de instrumentos financeiros avançados permite tal suporte, pois além de nortear os caminhos da decisão, é ferramenta praticamente obrigatória para a avaliação de desempenho de mercado.

E para que isso aconteça o mercado exige um profissional contábil qualificado e capacitado para exercer suas e funções assumir novos desafios e responsabilidades. Pois estamos em uma nova era, em que a tecnologia permite informações praticamente em tempo real, ocorrendo assim, muitas vezes o cruzamento das mesmas. Portanto, é necessário que o profissional contábil divulgue e use-as de forma consciente para ajudar os gestores a tomarem as decisões corretas, visando sempre alcançar o lucro desejado.

Segundo Frezatti, Rocha; Nascimento e Junqueira (2009 p.72), um sistema de informação em qualquer etapa, no processo administrativo, sendo ele de planejamento, execução ou controle, deverá gerar informações que sejam úteis para proporcionar condições de se planejar certos eventos no futuro.

Portanto, a contabilidade é uma ferramenta gerencial relevante e como tal contribui na gestão organizacional. Como destaca Passos (2010), durante anos a contabilidade foi vista apenas como um instrumento para cumprir com as obrigações tributárias, mas atualmente, com um mercado altamente competitivo, ela passou a ser observada também como um instrumento gerencial, auxiliando os administradores nas decisões, no processo de gestão, planejamento, execução e controle.

O País passa por uma crise econômica e financeira de cunho social, político e econômico, que claramente está interferindo e tornando desafiador o cenário em que as organizações estão inseridas, sendo primordial que suas práticas de gestão sejam revistas e atualizadas de acordo com a nova realidade de mercado. O desafio das empresas, segundo

Medeiros e Cruz (2007), é conhecer seus clientes e em consequência o mercado, pois são fatores determinantes para enfrentar oscilações econômicas.

Diante deste cenário, as empresas precisam de algum meio confiável de obter informações indispensáveis para garantir o seu sucesso, tendo a contabilidade como ferramenta indispensável neste processo. Assim com as informações adequadas, em tempo hábil, terá o suporte necessário na de tomada de decisão.

Segundo Júnior, Hernandez e Begalli (2015), a análise das demonstrações financeiras é uma forma útil de transformar dados em informações importantes para a tomada de decisão nas empresas, pois é um processo direcionado ao interesse do usuário nas informações contábil e financeira.

Muitas entidades, em sua maioria, ainda não sabem da importância de se realizar uma análise da sua situação patrimonial, passada e presente, tendo por base suas próprias demonstrações contábeis. Através deste tema, busca-se desenvolver um processo de interpretação e análise da situação patrimonial, econômica e financeira de uma instituição financeira privada de capital aberto, tendo como foco a importância da informação contábil para o conhecimento próprio das organizações e em especial para que seus gestores, em seus negócios, para que possam estar melhor instrumentalizados nas suas decisões no dia a dia.

As análises das demonstrações contábeis, segundo Lins e Filho (2012), afirmam que se utilizada de forma consciente, ajudará como um painel de controle da administração de negócios para um acompanhamento gerencial, servindo como uma boa maneira de avaliação, na tomada de decisões internas e de mercado. A análise também fornece parâmetros de decisões para o mercado de capitais, órgãos públicos, controle tributário e no mais importante, ajuda nas decisões financeiras.

A contabilidade nos traz a análise financeira dos balanços como método de verificação econômica e financeira em que se encontra a empresa. A análise financeira de balanços proporciona as avaliações patrimoniais da empresa e das determinações a serem tomadas. É uma importante ferramenta à disposição dos sócios, dirigentes, fornecedores e clientes.

As entidades possuem muitos recursos a serem gerenciados e estes só pode ser bem sucedidos se forem realizados por contadores qualificados, os quais devem estar atentos às necessidades e aos fatores que levam as empresas a gerenciarem seus patrimônios. E é através da colaboração entre ambas as partes, que se pode obter uma gestão empresarial eficiente, capaz de levar a organização a alcançar maior produtividade e qualidade, por meio do gerenciamento de seu capital interno e externo.

Por fim, o estudo será realizado em uma instituição financeira de capital aberto, que atua no mercado nacional e internacional, visando a expansão de seus negócios.

1.1 Justificativa

Toda e qualquer empresa necessita de um gerenciamento controlado, seja ele específico ou não. A análise de demonstrações contábeis de uma empresa ajuda a rever os números financeiros, a análise do comportamento de clientes, concorrentes, fornecedores e outros integrantes do complexo mercado empresarial. Torna-se hoje uma indispensável ferramenta gerencial, proporcionando a oportunidade de identificar o que precisa ser alterado ou mantido, ou seja, o rumo certo a ser seguido.

Este trabalho foi realizado tendo como premissa o estudo e a importância das informações geradas pela análise das demonstrações contábeis. Não há como negar a importância dos indicadores nas empresas como elemento de análise do desempenho das mesmas, em determinado período de tempo.

Visa também justificar-se, e mostrar os resultados obtidos através de análises conhecidas e estudadas no meio acadêmico e por usuários das informações contábeis, assim como por eventuais linhas comuns ou divergentes entre resultados obtidos pelo método apresentado na elaboração das Demonstrações Contábeis de Resultado, Balanço Patrimonial, e outras demonstrações.

Este trabalho sobre uma instituição financeira e suas demonstrações contábeis se dá pela necessidade de conhecer os instrumentos mais importantes com os quais ela opera e que contribui para tomar as decisões corretas, no momento das negociações, entre a empresa e a instituição financeira. De acordo com Matarazzo (2010, p.4), “[...] as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A Análise de Balanços transforma estes dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir”.

Para os contadores, o aspecto contábil da instituição financeira constitui-se de grande interesse em conhecer, pelo desafio de algumas diferenças encontradas em seu contexto e pela amplitude que este tem, representando um diferencial, por serem poucos os profissionais com conhecimento na área.

Esse estudo justifica-se simples e, ao mesmo tempo de grande importância, pois no momento em que os gestores da empresa forem tomar decisões gerenciais, comparando seus

indicadores e projetando a situação patrimonial, econômica e financeira, estudando sua realidade e projetando tendências, terão com certeza, maior probabilidade de acertos em seus negócios.

1.2 Problema

Diante do cenário econômico, onde o País está passando por uma crise, a busca pelo desenvolvimento de forma planejada e estruturada da empresa se torna de suma importância para sua existência.

Nas instituições financeiras, isso não ocorre de maneira diferente, pelo contrário, esta importância se torna dobrada, pois os sistemas que as regulam e estão diretamente ligados a estas anormalidades que podem mudar o mercado financeiro rapidamente.

O impacto desta recessão está sendo sentido por toda parte da população, independentemente do nível social de cada um. E afetando também da mesma forma empresas de grande e pequeno porte, onde segundo dados do IBGE (2015), a taxa de desemprego brasileira, de novembro de 2015, ficou em 9,6% mais alta desde 2008, sendo que neste ano foi atingido o ápice da crise econômica por causa da quebra do banco Lehman Brothers, nos Estados Unidos.

De acordo com a revista Veja (2016), como consequência do avanço das demissões, o total de desempregados chegou a 10 milhões de pessoas, em 2015.

O mercado também está cada vez mais competitivo e as empresas precisam se adaptar a uma nova realidade, já que que todas buscam se destacar mais. Nesse caso, a análise contábil é de suma importância nos posicionamentos e estratégias de uma organização no mercado em que ela atua, assim sendo, a contabilidade é o carro chefe para chegarmos às demonstrações contábeis.

Questão problema: Qual o impacto da crise na situação econômico e financeira com base na análise fundamentalista?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Apresentar e demonstrar através dos indicadores econômicos e financeiros, se a crise impactou nos resultados da instituição financeira analisada nos anos de 2014 a 2017.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Levantar dados bibliográficos referentes à análise das demonstrações contábeis, crise financeira e indicadores financeiros;
- Obtenção de demonstrações consolidadas da instituição que será analisada, dos anos de 2014 a 2017;
- Realizar a análise fundamentalista das demonstrações contábeis da entidade;
- Verificar se os indicadores foram ou não afetados pela crise econômica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão bibliográfica é a análise crítica, cautelosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento. Neste capítulo, são abordados temas e assuntos sobre a contabilidade, sobre a instituição financeira, a análise de demonstrações contábeis, e sobre a crise econômica que são objeto principal de estudo da atividade prática proposta, na fase inicial deste trabalho de conclusão de curso.

2.1 Instituição financeira

A Lei da Reforma Bancária, de 31 de dezembro de 1964, nº4.595/64, possui um capítulo dedicado às Instituições Financeiras. De acordo com o seu art. 17, as Instituições Financeiras são:

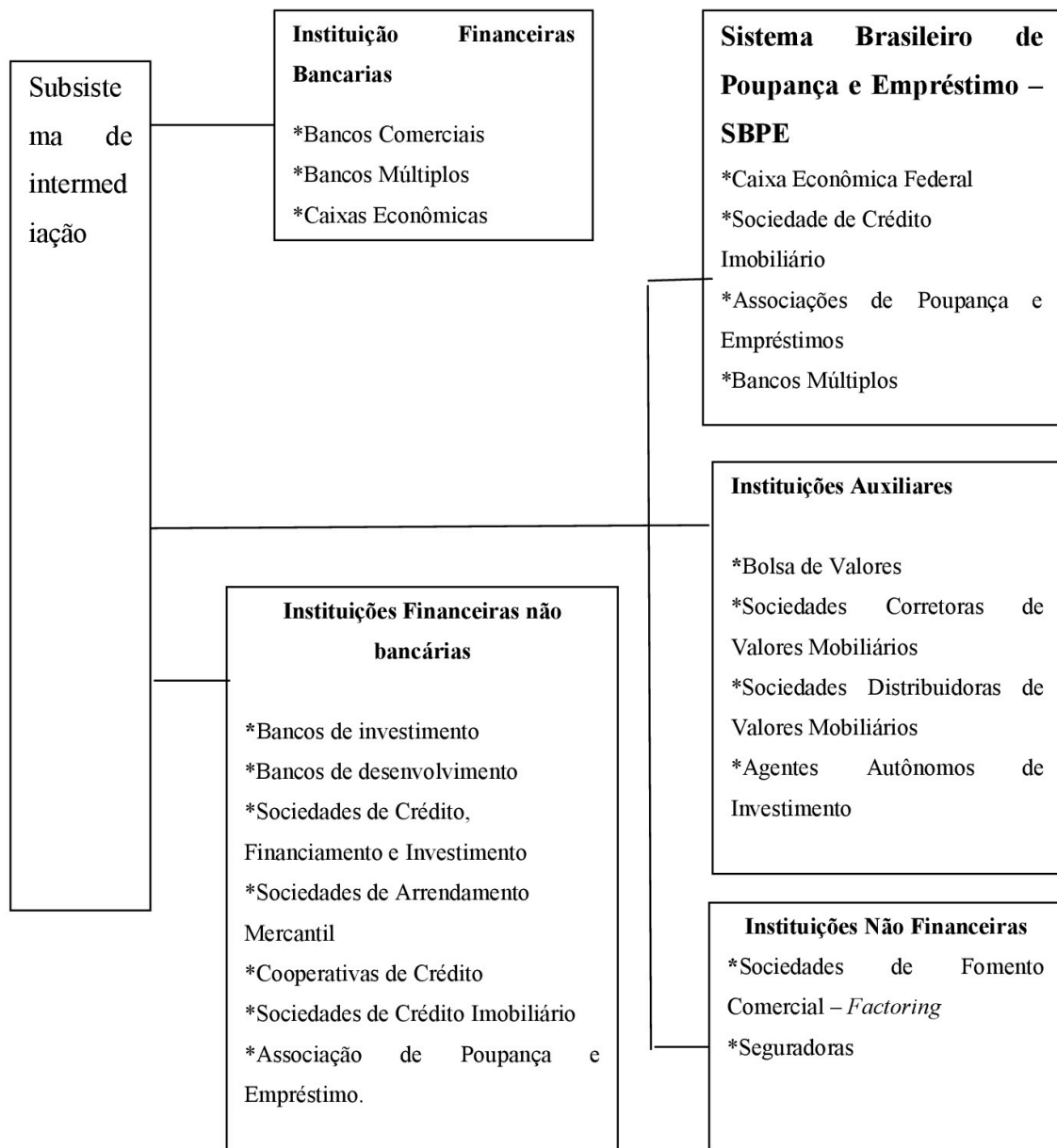
[...] “as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.”

Segundo Assaf Neto (2015), dentro do contexto de economia monetária, um banco pode ser entendido como uma instituição financeira que executa basicamente duas atividades. A primeira é o mecanismo de pagamentos dentro da sociedade; e a outra é a de ser um intermediador financeiro que recebe recursos de agentes econômicos superavitários e os transfere, dentro do âmbito de seus ativos (empréstimos, aplicações em títulos, etc.), aos agentes carentes de liquidez.

Já Filgueiras e Claudio (2008), dizem que as instituições financeiras podem ser classificadas em dois tipos: bancárias ou monetárias e não bancárias ou não monetárias”. Essas do tipo bancária ou monetárias podem receber depósitos à vista, portanto, são capazes de criar moeda escritural, entram no grupo de bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial, cooperativas de crédito, caixas econômicas e bancos cooperativos. Já as instituições não bancárias são aquelas que não têm autorização legal para captar depósitos à vista, incluem-se nesse grupo os bancos de desenvolvimento, de investimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de arrendamento mercantil, companhias hipotecárias e bancos múltiplos, sem carteira comercial ou de crédito imobiliário.

O esquema abaixo mostra como o sistema é subdividido em normativo e intermediação financeira, demonstrado no diagrama abaixo:

Figura 1 - Esquema sobre o Sistema de Intermediação Financeira.



Fonte: Elaborado pela autora, de acordo com Assaf Neto (2012).

2.1.1 Sistema Financeiro nacional

O sistema financeiro é um conjunto de instituições e instrumentos que viabilizam o fluxo financeiro entre os poupadores e os tomadores de recursos financeiros na economia (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2014).

Fortuna (2009), coloca ainda que a principal função do SFN é viabilizar as movimentações de capitais entre tomadores e detentores. Em geral, tais transações passam pelos agentes antes de serem concretizadas, e os órgãos reguladores participam desse processo

afim de certificar que não exista qualquer impedimento para que tudo ocorra de forma clara e precisa.

A FEBRABAN (2009), vê o Sistema Financeiro Nacional (SFN) como o conjunto de órgãos de regulação e de instituições financeiras bancárias que operam os instrumentos financeiros do sistema, com o objetivo básico de ser um intermediador financeiro no mercado.

Megliorini e Evandir (2009), entendem que o mercado financeiro é onde ocorre a compra e a venda de dinheiro, existindo nele agentes intermediadores que podem ser bancos, corretoras de valores ou instituições financeiras, cuja atividade deve ser autorizada pelo banco central. Em nível de sistema financeiro, os bancos são tidos como participantes de sua função básica, de transferir recursos de agentes com capacidade de poupança para os agentes carentes de financiamento.

Ainda segundo o autor Megliorini e Evandir (2009 p.17):

O mercado financeiro desempenha um papel importante ao promover a intermediação de recursos entre os agentes superavitários e os deficitários de uma sociedade. Agentes superavitários são aqueles cujos gastos superam as respectivas rendas. Na condição de deficitários, esses agentes se dispõem a apagar juros pelo capital obtido sob a forma de empréstimos – em outras palavras, pagam o preço por usufruir antecipadamente suas receitas.

Segundo Assaf Neto (2015), os intermediários financeiros são basicamente bancos comerciais e de desenvolvimento que tradicionalmente se constituem no mercado financeiro fazendo a intermediação entre os agentes com excesso em recursos e aqueles que apresentam escassez de capital para investimento e consumo.

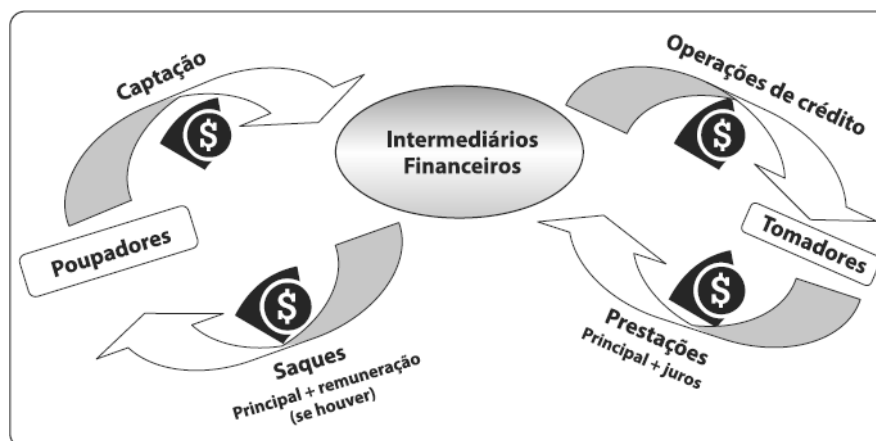
O mercado financeiro permite que os tomadores e os fornecedores de empréstimos e de investimentos de curto e longo prazos negociem entre si ou in- diretamente por meio de intermediários financeiros. Na realidade, o mercado financeiro permite a transferência de recursos poupados por certas unidades (como indivíduos, empresas e governo) para outras unidades que desejam investir e que têm oportunidades para tanto. CHIAVENATO (2014 p.41)

De acordo com Meneses, Mariano (2015), o mercado financeiro existe para viabilizar a troca de recursos entre diversos agentes econômicos. Resumindo, os agentes econômicos nada mais são que a intermediação financeira que ocorre na relação entre os agentes econômicos superavitários (poupadores) e deficitários (tomadores de recursos, empréstimos). Os intermediários financeiros buscam atender às expectativas e necessidades de todos. Os agentes econômicos oferecem alternativas adequadas para a aplicação de aos agentes

superavitários e aos agentes deficitários, oferecendo uma melhor tomada de recursos disponíveis.

O esquema da **Figura 2** representa a atividade de intermediação financeira:

Figura 2 - Intermediação Financeira.

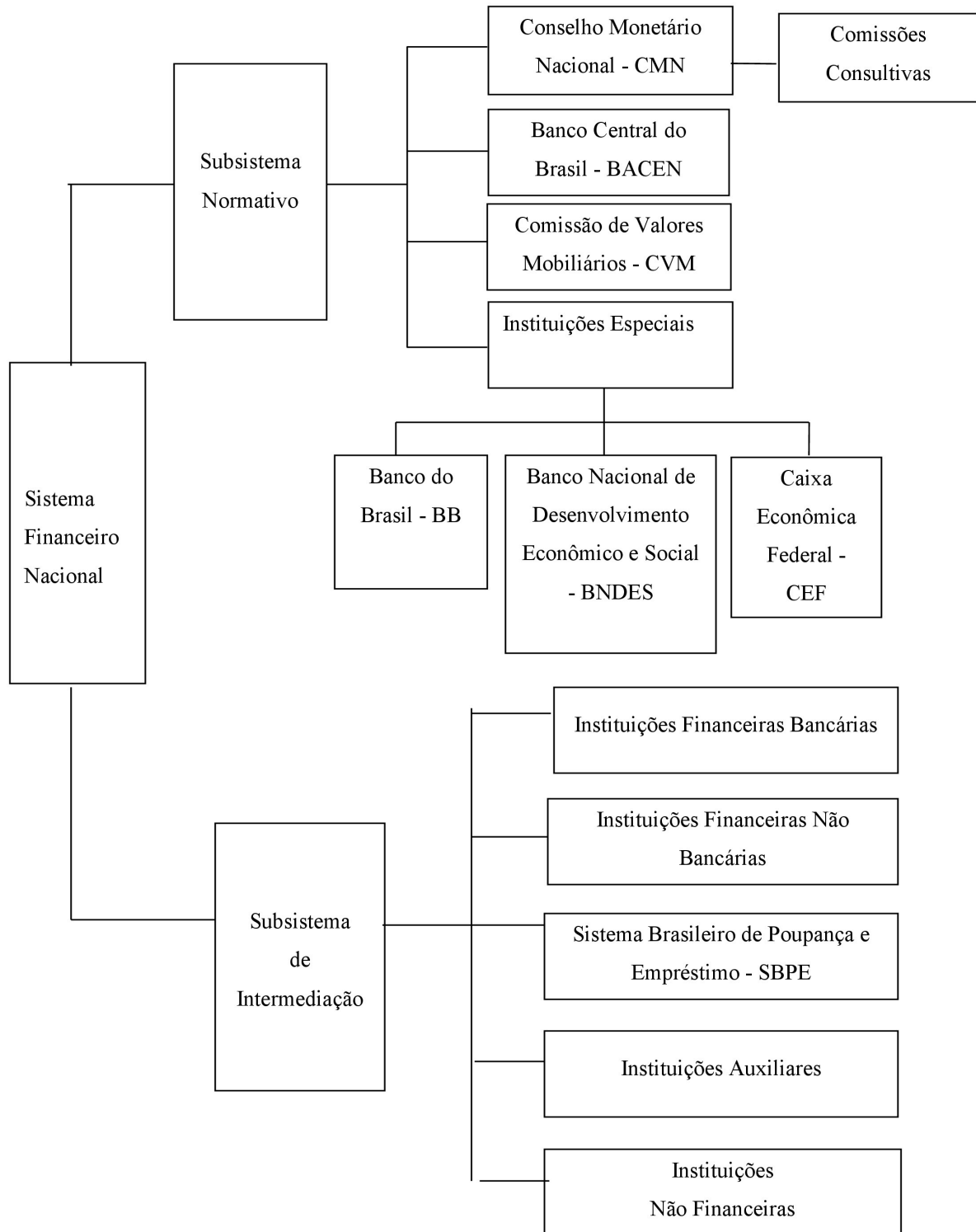


Fonte: (Newlands Jr. 2015).

Seguindo a linha de pensamento do autor da **Figura 2**, Newlands Jr. (2015) conclui que as instituições financeiras não trabalham com recursos dos seus acionistas, e sim com recursos dos seus clientes. Dessa forma, podemos dizer que instituição financeira é aquela que empresta o nosso dinheiro para nós mesmos.

Na **Figura 3** a seguir, mostra que o tema Sistema Financeiro Nacional é subdividido em normativo e em intermediação financeira, como pode ser visualizado no esquema:

Figura 3 - Esquema Sistema Financeiro Nacional.



Fonte: Elaborado pela autora, de acordo com Assaf Neto (2015).

2.2 Crise e o impacto nas demonstrações

Ninio (2016) fala que no momento atual, o Brasil vem passando por diversas dificuldades no que diz respeito a sua situação econômica e financeira. Provavelmente, a crise econômica teve início por volta do ano de 2008, com a quebra do Banco Lehman Brothers, localizado nos Estados Unidos, impactando assim diversos países no mundo, inclusive o Brasil. Ocorreram um conjunto de ações tomadas de forma incorreta e outras tantas que possam ter fugido do controle, as quais fizeram com que o país chegasse ao patamar em que se encontra.

Segundo Faria (2016), uma das justificativas para a recessão brasileira é a desaceleração da economia mundial, este é o nome que se dá ao período que o país sofre com a queda significativa da economia.

Nesta crise econômica e financeira que o Brasil passa no momento, percebe-se que algumas empresas estão reagindo de forma diferente uma das outras. Algumas abaixam a produção dos produtos, reduzindo a carga horária de trabalho e demitindo funcionários; outras veem na crise uma oportunidade de empreender e alavancar seus resultados. (SALOMÃO, 2016).

Conforme Hermann (2008), cada crise financeira marca o fim de um ciclo de crescimento econômico e endividamento. Esta relação inevitável entre crescimento e endividamento, aliada a possibilidade, de que este resulte em uma crise financeira é a essência da “hipótese da fragilidade financeira”, elaborada por Minsky. De um lado estão às expectativas de renda futura daqueles que assumem as dívidas, de outro, as expectativas de risco-retorno dos agentes que adquirem estes ativos financeiros. Porém estas expectativas estão ancoradas no que Keynes chamou de “otimismo espontâneo”.

Fosberg (2012) analisa o impacto da crise financeira de 2008 na estrutura de capital de empresas norte-americanas. O autor conclui que a crise provocou alterações consideráveis ao normal funcionamento dos mercados financeiros, manifestadas quer através da redução da emissão de ativos mobiliários por parte das empresas, quer pela diminuição da concessão de crédito por parte das instituições financeiras.

Este novo cenário obriga então os bancos a ajustarem seus balanços à nova situação, elevando suas exigências de capital, de provisões contra créditos duvidosos, ou mesmo aumentando seus índices mínimos de liquidez. Segundo ressalta Hermann (2008, p.30);

Essas são razões objetivas para a contração do crédito e da demanda por ativos em geral. Ainda assim, um quadro de crise financeira sistêmica só se configura se a crise de crédito der origem a uma crise de confiança. Esta se manifesta pelo rápido aumento da preferência por liquidez, em detrimento dos ativos financeiros. Se tal tendência não for rapidamente contida por uma política macroeconômica que restaure a confiança, desencadeia-se um “comportamento de manada”, pelo qual, mesmo aqueles que ainda não têm razões objetivas para se desfazer de ativos, tornam-se também vendedores apressados, apenas porque os que já sofreram perdas estão agindo assim. Esta prevenção individual, porém, em vez de proteger os portfólios, acaba por levar à deflação de ativos, espalhando a crise.

A crise chega e se intensifica no cenário mundial, a partir do último trimestre de 2008. Os primeiros efeitos mundiais da crise se fazem sentir: a fuga generalizada dos capitais que se encontravam em países diferentes da sua origem e que foram repatriados devido a preferência pela liquidez; a queda abrupta de linhas externas de crédito e a também abrupta desvalorização das moedas em diversas economias (Freitas, 2009).

2.2.1 Contabilidade

De acordo com a resolução CF nº 750/93, vê a contabilidade como uma ciência social que estuda e controla o patrimônio das entidades, através dos registros das operações administrativas e econômicas.

Segundo CHAGAS (2015), a contabilidade é uma técnica contábil que demonstra fatos econômicos retratando as variações, resultados e o conteúdo do patrimônio.

Na contabilidade, e tem-se por objeto de estudo o patrimônio das empresas (pessoa jurídica) ou das pessoas (pessoa física).

No que se refere ao Objeto da Contabilidade, há muitos anos tem sido defendido como o patrimônio e suas variações quantitativas e qualitativas. Esse, todavia, é apenas um primeiro atalho para entender o assunto. Mais recentemente, está se desenvolvendo a noção de que o verdadeiro objeto, amplo, da contabilidade é o estudo, em todos os seus aspectos, da informação contábil e financeira, mas, também, social e de sustentabilidade. (IUDICIBUS 2015 p. 7).

Chagas (2015), diz que o objeto da Contabilidade é o PATRIMÔNIO. Nele é registrado todas as ocorrências econômicas para analisa-las e controlar.

A resolução CF nº 750/93 diz que na contabilidade o objeto será sempre o patrimônio de uma entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e de obrigações para com terceiros, sendo pessoa física, ou conjunto de pessoas, ou instituição de qualquer natureza.

2.2.2 Demonstrações contábeis

Segundo CHAGAS (2015), as demonstrações contábeis, ou demonstrações financeiras, de acordo com a Lei no 6.404/76 – são instrumentos técnicos, com forma e conteúdo definidos em lei, que expõem qualitativa e quantitativamente todos os elementos de certo patrimônio, num determinado exercício.

A conceituação de demonstrações contábeis apresentada pelo CPC 26 (R1) (2011) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (tópico 9), não deixa dúvidas quanto à sua importância:

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número em suas avaliações e tomadas de decisão econômica [...] as demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

Para satisfazer a esse objetivo, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte: ativos; passivos; patrimônio líquido; receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles; e fluxos de caixa.

Essas informações, juntamente com outras constantes das notas explicativas, ajudam os usuários das demonstrações contábeis a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a época e o grau de certeza de sua geração.

2.3 Análise das Demonstrações Contábeis

Segundo Assaf Neto (2015), a análise das demonstrações contábeis visa obter informações financeiras e econômicas, tendo como objetivo a tomada de decisão dentro de uma organização.

Silva (2017), diz que a análise das demonstrações contábeis tem como finalidade revelar os pontos fortes e fracos do processo operacional, financeiro e administrativo da empresa, procurando mostrar o rumo a ser seguido na tomada de decisões pelos gestores. Tudo isso é feito através de indicadores que são escolhidos e melhor demonstram a organização.

É através da Análise das Demonstrações Contábeis, é possível avaliar o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial da empresa quanto aos períodos passados, confrontando-o ou não com metas ou diretrizes preestabelecidas. É possível ainda realizar comparações com as tendências regionais ou dos segmentos em que a empresa esteja inserida, determinando também as perspectivas futuras de rentabilidade ou continuidade dos negócios, possibilitando aos gestores tomarem decisões de financiamentos e investimentos, bem como implementarem mudanças de práticas, caso as tendências projetadas sinalizem um cenário não condizente com as políticas até então estabelecidas, ou até mesmo subsidiar o estabelecimento de novos rumos.

Ainda segundo Silva (2017), exemplifica melhor as duas categorias que são aceitas no meio acadêmico e empresarial:

- Situação econômica: Quando o objetivo é a apuração e apreciação do resultado das operações sociais, da remuneração dos investidores e do reinvestimento desses resultados;
- Situação financeira: Quando a atenção estiver voltada para o problema de solvência dos compromissos, ou seja, a capacidade de pagamento da empresa.

De acordo com Assaf Neto (2015), a análise da situação econômica e financeira possibilitará aos administradores, empresários, investidores e credores avaliarem o acerto da gestão econômico-financeira, a necessidade de correção nessa gestão, o retorno e segurança dos investimentos, a garantia dos capitais emprestados e o retorno nos prazos estabelecidos.

Segundo MARION (2012), a análise das demonstrações contábeis visa obter informações financeiras e econômicas, tendo como objetivo a tomada de decisão dentro de uma organização. Tem como finalidade revelar os pontos fortes e fracos do processo operacional, financeiro e administrativo da empresa, procurando mostrar o rumo a ser seguido na tomada de decisões pelos gestores. Tudo isso é feito através de indicadores que são escolhidos e melhor demonstram a organização.

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o objetivo das análises das demonstrações contábeis “ [...] é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica”.

Em razão disso, serão realizadas as análises das principais demonstrações, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício da instituição, a fim de identificar através de uma comparação, entre os anos de 2015, 2016 e 2017, qual apresentou a maior segurança.

2.3.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a peça contábil, por excelência, mais importante. Sua função é mostrar o conjunto patrimonial de uma entidade ou da instituição financeira, classificando-o em bens e direitos e ou em obrigações.

De acordo com Marion e Reis (2010 p.15), o principal objetivo do Balanço Patrimonial é possibilitar o conhecimento e a análise da situação patrimonial e financeira da empresa. E sobre o seu exercício social, diz que “... deverá ter a duração de um ano; na maioria das vezes, em período coincidente com o ano civil.”

Segundo o artigo 178 da lei 6.404/76, as contas do balanço devem seguir uma classificação segundo os elementos do patrimônio, a fim de facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. De acordo com a lei 11.638/07, as estruturas do balanço das instituições financeiras seguem o mesmo padrão que as demais empresas seguem.

Em 27 de maio de 2009, foi criada a Lei nº 11.941, que altera e revoga os incisos I e II do parágrafo primeiro do artigo 178 da Lei nº 6.404/76, onde determinava a classificação do balanço patrimonial correspondente ao ativo, que passam a ter a seguinte redação de dois subgrupos: “I – Ativo Circulante; e II – Ativo não Circulante composto por ativo realizável a longo prazo, investimento, imobilizado e intangível”.

O termo “permanente” não consta mais no balanço, de acordo com a alteração ocorrida no artigo 178, da Lei nº 6.404/76. E outra modificação trazida, foi o desaparecimento do subgrupo ativo diferido, que existia na Lei nº 11.638/07, o qual foi revogado pelo artigo 79, da Lei nº 11.941/09.

A seguir, no **Quadro 1**, será apresentado o Balanço Patrimonial de acordo com a Lei 11.941/09.

Quadro 1 - Balanço Patrimonial - Lei 11.941/09. (CONTINUA)

I. ATIVO	II. PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	
Investimentos	Patrimônio Líquido
Imobilizado	Capital Social
Intangível	Reserva de Capital
	Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Reserva de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	(-) Prejuízos Acumulados

Fonte: Elaborado segundo a Lei 11.941/09.

2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Segundo Chagas (2013), A DRE, segundo a Lei no 6.404/76: Art. 187, é uma demonstração do resultado do exercício que discrimina a receita bruta das vendas e dos serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos.

Silva (2017) diz que esses grupos de contas refletem nas operações das empresas. No fim do período a soma dos custos e despesas confrontam com as receitas para determinar o resultado do período que poderá ser lucro ou prejuízo.

Segundo Lins e Filho (2012, p.111), a DRE repercute a soma algébrica das receitas menos os custos e as despesas ocorridas no período, normalmente de 12 meses. Conforme a Lei no 6.404/76, em seu art. 187, a DRE evidenciará os seguintes pontos:

- a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Ainda segundo Lins e Filho (2012) a demonstração do resultado do exercício (DRE) tem como objetivo fornecer um resumo financeiro de informações dos resultados das operações da instituição, durante determinado período, normalmente de 12 meses. Estes

resultados podem ser lucro ou prejuízo, que posteriormente, são transferidos para o balanço patrimonial, nas contas do patrimônio líquido.

No **Quadro 02** apresenta um exemplo de estrutura para a Demonstração de Resultado do Exercício a partir do padrão estabelecido na LSA.

Quadro 2 - Demonstração do resultado do exercício.

Demonstração do Resultado do Exercício
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS
(-) Impostos, devoluções e desconto sobre vendas e serviços
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS
(-) Custo das Mercadorias Vendidas e serviços prestados
(=) LUCRO BRUTO
RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS
(-) Vendas
(-) Gerais e Administrativos
(-) Honorários dos Administradores
(-) Depreciação e Amortização
(+/-) Participação em controlada e controlada em conjunto
(+/-) outras receitas, despesas operacionais
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO
RESULTADO FINANCEIRO
(+) Receitas Financeiras
(-) Despesas Financeiras
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR, CSLL e PARTICIPAÇÕES
Impostos de renda e contribuição social
(-) Corrente
(-) Diferido
Lucro do exercício antes das participações
(-) Participação de acionistas não controladores
Lucro do Exercício antes das participações minoritárias
(-) Participações minoritárias
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Fonte: Alexandre Alcântara da Silva (2017).

2.3.2 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Segundo Silva (2017), a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é facultativa e, de acordo com o artigo 186, parágrafo 2º, da Lei das S/A, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) poderá ser incluída nesta demonstração. Sendo assim, a DMPL é uma demonstração mais completa e abrangente, já que evidencia a movimentação de todas as contas do Patrimônio Líquido, durante o exercício social, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro.

2.3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é “uma demonstração contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta Caixa” (RIBEIRO, 2005, p. 400).

Conforme Neto (2010), a DFC resulta numa verificação da empresa, se ela conseguirá arcar com seus acordos financeiros, ter dinheiro em caixa para o futuro, e ter capacidade em gerar ganhos mesmo quitando suas dívidas.

Marion (2012) afirma que a Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76 das Sociedades Anônimas, substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa. Assim, esta tornou-se obrigatória para as companhias abertas e grandes sociedades.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Essa demonstração será obtida de forma direta (a partir da movimentação do caixa e equivalentes de caixa) ou de forma indireta (com base no Lucro/Prejuízo do Exercício). As práticas internacionais dispõem que essa demonstração seja segregada em três tipos de fluxos de caixa: os fluxos das atividades operacionais, das atividades de financiamento e das atividades de investimentos. (MARION 2012, p. 55).

Segundo Silva (2017), conforme as tendências internacionais, o fluxo de caixa pode ser incorporado às demonstrações contábeis tradicionalmente publicadas pelas empresas. Basicamente, o relatório de fluxo de caixa deve ser segmentado em três grandes áreas: Atividades Operacionais; atividades de Investimento e atividades de Financiamento.

Ainda segundo o autor, as Atividades Operacionais são explicadas pelas receitas e gastos decorrentes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços da empresa. Estas atividades têm ligação com o capital circulante líquido da empresa.

As Atividades de Investimento são os gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo; em Investimentos, no Imobilizado ou no Intangível; bem como as entradas por venda dos ativos registrados nos referidos subgrupos de contas. As Atividades de Financiamento são os recursos obtidos do Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido.

2.3.4 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado é responsável por evidenciar o tamanho da riqueza gerada por parte das empresas, e também como essa riqueza é distribuída entre os diversos agentes econômicos ligados a elas. Por ser uma demonstração que se tornou obrigatória para as empresas de capital aberto, há pouco tempo, por meio da Lei 11.638/07, ela ainda é fruto de discussões a respeito, principalmente, da forma e conteúdo que deve conter.

Segundo MARION (2012), a Demonstração do Valor Adicionado evidenciará os componentes geradores do valor adicionado a sua distribuição entre empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela retida para reinvestimento. A contabilidade demonstra mais uma de suas atribuições, a de aproximar cada vez mais a sociedade das práticas e os compromissos das organizações para com ela.

Segundo Silva (2017), a DVA é um bom exemplo de como a contabilidade pode contribuir para a transparência das atividades empresariais e demonstrar o quanto as empresas podem contribuir para uma determinada sociedade.

2.3.5 Notas Explicativas

Segundo CPC as notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item das demonstrações contábeis deve ser referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas.

Ainda segundo o comitê de pronunciamento contábil, as notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.

Iudícibus (2017) fala que as notas explicativas devem ser apresentadas como informações adicionais sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.

2.4 Análise Fundamentalista

Segundo Assaf Neto (2012), para a avaliação de empresas é fundamental que o analista tenha uma visão abrangente e dinâmica do mercado atual, relacionando os fatores internos e externos que possam influenciar sobre o valor econômico da organização. A análise fundamentalista estuda todas as informações disponíveis, que afetam ou têm relação direta com a empresa e têm por objetivo recomendar uma ação com base na imagem atual da empresa, fazendo assim possíveis previsões dos riscos e oportunidades de mercado inerentes a ela.

Conforme Sanvicente e Mellagi Filho (2008), o estudo de uma análise fundamentalista deve resultar em uma estimativa numérica com uma taxa de retorno esperada, esta análise é muito utilizada por investidores e bancos para buscar uma redução de riscos quanto ao retorno de seus investimentos em ativos.

Para este estudo de caso, os elementos de análise são apresentados sinteticamente, havendo necessidade de aplicação da técnica contábil denominada “Análise Fundamentalista” para obter o resultado desejado.

2.4.1 Análise das Demonstrações Contábeis no ramo financeiro

Conforme Silva (2017), tradicionalmente as técnicas de análise de balanços são voltadas na maioria das vezes para as empresas industriais e comerciais, dando pouco enfoque para às instituições financeiras. E para o melhor entendimento das demonstrações contábeis dos bancos, exige-se um domínio da dinâmica financeira e um nível de conhecimento bem específico.

De acordo com Iudícibus (2017), o homem primitivo já aplicava noções rudimentares de análises de balanços desde sua era. Afirmar ainda que:

Os bancos, a partir da segunda metade do século XX, se utilizaram com mais frequência da análise de balanço através de quocientes para relacionar os valores a receber com os valores a pagar com a intenção de determinar de forma aritmética o risco envolvido em emprestar dinheiro para as empresas. Obviamente, o surgimento

dos bancos governamentais de desenvolvimento, regionais ou nacionais, em vários países, deu grande desenvolvimento à análise de balanços, pois tais entidades normalmente exigem, como parte do projeto de financiamento, uma completa análise econômico-financeira. IUDÍCIBUS (2017 p.11)

Segundo Assaf Neto (2012), as instituições captam recursos através de depósitos de clientes, captação em poupança e recursos, próprios como capital e reservas, que são consideradas suas fontes. Após serem captados esses recursos são repassados para os agentes tomadores de capital. Ainda segundo o autor, nas instituições financeiras pode-se identificar a situação financeira e econômica, através da Análise das Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis dos bancos apresentam basicamente a seguinte estrutura de contas, conforme a ilustração no **Quadro 3** e **Quadro 4**:

Quadro 3 - Estrutura do Balanço Patrimonial dos bancos. (Continua)

ATIVO	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO
<i>ATIVO CIRCULANTE</i>	<i>PASSIVO CIRCULANTE</i>
<i>Disponibilidades</i>	<i>Depósitos</i>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no Mercado Aberto	Depósitos a Vista
Aplicações e Depósitos Interfinanceiros	Depósitos de Poupança
<i>Títulos e Valores Mobiliários</i>	Depósitos Interfinanceiros
Carteira Própria	Depósitos a Prazo
Títulos Vinculados a Recompra	Outros Depósitos
Instrumentos Financeiros Derivativos	<i>Captações no Mercado Aberto</i>
<i>Relações Interfinanceiras</i>	Carteira Própria
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar Repasses Interfinanceiros	Carteira de Terceiros
Correspondentes	Carteira Livre Movimentação
<i>Relações Interdependências</i>	<i>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</i>
Recursos em Trânsito de Terceiros Transferências Internas de Recursos	Recursos de Aceites Cambiais
<i>Operações de Crédito</i>	Recursos de Letras Imobiliárias,
Operações de Crédito	Hipotecárias, de Créditos, Debêntures etc.
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	<i>Relações Interfinanceiras</i>
<i>Operações de Arrendamento Mercantil</i>	Correspondentes
Arrendamentos e Receber	<i>Relações Interdependências</i>
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	Recursos em Trânsito de Terceiros
<i>Outros Créditos</i>	<i>Obrigações por Empréstimos</i>
Avais e Fianças Honrados	Empréstimos no País
Carteira de Câmbio	Empréstimos no Exterior
Negociação e Intermediação de Valores	<i>Obrigações por Repasses no País</i>
<i>Outros Valores e Bens</i>	Tesouro Nacional
Outros Valores e Bens	BNDES, Finame etc.
Provisão para Desvalorização	<i>Obrigações por Repasses no Exterior</i>
<i>ATIVO NÃO CIRCULANTE</i>	<i>Instrumentos Financeiros Derivativos</i>
<i>Realizável a Longo Prazo</i>	<i>Outras Obrigações</i>
<i>Investimentos</i>	Cobrança e Arrecadação de Tributos
	Carteira de Câmbio
	Obrigações Fiscais e Previdenciárias

<i>Imobilizado</i> <i>Intangível</i>	Outras <i>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</i> <i>Exigível a Longo Prazo</i> <i>Patrimônio Líquido</i>
---	---

Fonte: Assaf Neto (2015).

Quadro 4 - Demonstração do Resultado de banco.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
<i>Receitas de Intermediação Financeira</i>
<i>Operações de Crédito</i>
Operações de Arrendamento Mercantil
Resultados de Operações com Títulos e Valores Mobiliários
Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos
Resultado de Operações de Câmbio Resultado de Aplicações Compulsórias
Resultado Financeiro de Seguros, Previdência e Capitalização
<i>Despesas de Intermediação Financeira</i>
Operações de Captação no Mercado
Operações de Empréstimos e Repasses
Operações de Arrendamento Mercantil
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
<i>Resultado Bruto de Intermediação Financeira</i>
<i>Outras Receitas/Despesas Operacionais</i>
Receitas de Prestação de Serviços
Rendas de Tarifas Bancárias
Despesas de Pessoal
Despesas Administrativas
Despesas Tributárias
Outras Receitas Operacionais
Outras Despesas Operacionais
<i>Resultado Operacional</i>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
Participações no Lucro
<i>Lucro Líquido</i>

Fonte: Assaf Neto (2015).

2.4.2 Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF

E, para regulamentar as normas gerais de contabilidade a serem seguidas pelas instituições financeiras criou-se, o COSIF (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional) é o plano de contas das instituições do SNF (Sistema Financeiro

Nacional). Em 1978, o Conselho Monetário Nacional (CMN) delegou ao Banco Central competência para expedir normas contábeis, conseguindo em 29 de dezembro 1987, criar o COSIF por meio da circular nº 1.273. Ele vem com o objetivo de unificar os planos contábeis existentes à época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras, o que vem a facilitar o acompanhamento, a análise, a avaliação do desempenho e o controle das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, (BANCO CENTRAL DO BRASIL 2010).

Segundo Niyama e Gomes (2012 p.20) o objetivo do Cosif é:

Uniformizar os registros, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários a obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como a análise, a avaliação do desempenho e o controle pelo Banco Central, de modo que as demonstrações financeiras expressem, com fidedignidade e clareza a real situação econômico-financeira da instituição.

As normas devem estar de acordo com os princípios contábeis, como sugere Niyama e Gomes (2012p.19):

Quadro 5 - Princípios do COSIF.

Segundo Niyama e Gomes (2012), os principais princípios do COSIF é:	São de uso obrigatório as padronizações estabelecidas pelo COSIF segundo Niyama e Gomes (2012):
Adoção de métodos uniformes e, quando houver alterações devem ser evidenciadas em notas explicativas;	Bancos Comerciais;
Respeitar o princípio da competência, onde receitas e despesas devem ser registradas conforme o seu acontecimento;	Bancos de Desenvolvimento
Apuração semestral dos resultados, respeitando o período de 1º de janeiro a 30 de junho e 1º de julho a 31 de dezembro.	Caixas Econômicas
Efetuar as conciliações de títulos e arquivar as devidas documentações por pelo menos cinco anos.	Bancos de Investimentos Sociedade de Crédito entre outros...

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Ainda segundo o autor, para todos os efeitos, as demonstrações contábeis dos bancos possuem algumas particularidades em relação às empresas comerciais. Para isso, a importância do COSIF, unificando e padronizando as normas gerais dos balanços patrimoniais e demonstrações de resultado. E como resultado, tem-se um melhor entendimento do funcionamento da contabilidade das instituições financeiras.

As instituições que utilizam o COSIF, têm o seu próprio elenco de contas, com exceção das associações de poupança e empréstimos que devem utilizar a relação de contas das sociedades de crédito imobiliário. Entretanto, é importante destacar, que apenas é admitido às instituições usufruírem das contas ali previstas que contenham o atributo próprio da instituição, conforme descrito pelo BACEN.

Ainda segundo o COSIF seu objetivo básico do conjunto das demonstrações financeiras preconizadas neste Plano é fornecer um elenco de informações que, representando a síntese de normas e procedimentos de contabilidade, busquem dar uniformidade à obtenção e divulgação de informações econômico-financeiras atualizadas, de modo que se atenda ao maior número possível de interessados no desempenho das atividades sociais do sistema financeiro. (Circ 1273).

De acordo com os documentos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF devem ser publicados: (Circ 2804 art 2º; Res 3604 art 1º e 5º; Cta-Circ 3414): Balancete Patrimonial, com periodicidade mensal (documento nº 2); balancetes relativos às demonstrações financeiras das datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro: Balanço Patrimonial (documento nº 2); Demonstração do Resultado do Semestre/Exercício (documento nº 8); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (documento nº 11); Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.4.3 Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa

Niyama e Gomes (2012 p. 53) diz que a “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) representa, em qualquer empresa, uma estimativa de perda provável dos créditos em atendimento aos Princípios de Contabilidade, em especial o da competência.”. Sendo que nos bancos das demais instituições financeiras adotam procedimentos diferenciados das demais empresas comerciais, pelas seguintes razões:

- 1) O ativo provisionado representa um crédito a receber decorrente de empréstimos;

2) O ativo, objeto de provisionamento, é recebido em diversas parcelas, representa uma parcela significativa, quando comparado com o PL (patrimônio líquido), à medida que os bancos operam com a captação de recursos de terceiros.

Segundo o BANCO CENTRAL DO BRASIL (2014), a provisão para fazer face aos Créditos de Liquidação Duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação dos percentuais a seguir mencionados, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores das instituições pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, (Res 2682 art 6º I/VIII):

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;
- b) 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
- c) 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;
- e) 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;
- f) 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;
- g) 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;
- h) 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.

A operação classificada como de risco nível H deve ser transferida para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias, não sendo admitido o registro em período inferior. A operação classificada na forma deste item deve permanecer registrada em conta de compensação, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e, enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança. (Resolução 2682 artigo 7º e parágrafo único; circular 2899 item 12 VI).

De acordo com Padoveze (2014), o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é realizado através de estimativa, pelo fato de que não há como calcular com exatidão nos prejuízos que estão por vir. E para fins de cálculo, é aplicado um percentual em relação aos recebimentos que a empresa tem de direito. Sendo assim, há duas formas em que são mais aplicadas na composição:

Quadro 6 – Composição para cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

1ª FORMA	2ª FORMA
Fazer uma análise individual dos devedores, na qual se verifica, caso a caso, a possibilidade de recebimento futuro, e se consideram, especialmente, os débitos já vencidos e os relacionados a clientes com dificuldades financeiras. Visualizados os débitos duvidosos, somam-se os valores, e o resultado é o valor a ser empregado para a constituição da provisão.	Fazer a provisão através da aplicabilidade de uma alíquota de percentual sobre as vendas totais. Percentual este que deve ser estabelecido como base na experiência prévia da instituição.

Fonte: Padoveze (2014).

Quadro 7 – Provisão Crédito Liquidação Duvidosa

$\text{Provisão Crédito Liquidação Duvidosa} = \frac{\text{Total das Operações de crédito}}{\text{Provisão de Crédito Liquidação}} \text{ (DELTA \%)}$
--

Fonte: Padoveze (2014).

2.4.4 Análise Horizontal e Vertical

A análise horizontal e vertical das demonstrações financeiras é uma técnica de análise financeira que segue uma leitura idêntica a dos olhos quando leem da esquerda para a direita ou de cima para baixo.

Segundo Silva (2017), o processo de análise horizontal e vertical será mais adequado se realizado através do agrupamento das contas, dando preferência à demonstração apenas das contas mais relevantes dentro dos respectivos grupos patrimoniais ou de resultado. O objetivo será identificar o peso de determinada conta em relação ao total do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, ou na sua participação na composição do resultado, e a evolução dessas participações ao longo dos exercícios. Nas demais demonstrações contábeis, o conceito de agrupamento de contas também deverá ser observado dentro das respectivas estruturas.

2.4.4.1 Análise Horizontal

Conforme Silva (2012), a análise horizontal permite avaliar a evolução de uma conta ou de um grupo de contas ao longo de períodos sucessivos. Trabalha fundamentalmente com efeitos e dificilmente revela as causas das mudanças. Pode ser evolutiva ou retrospectiva. Essa análise é muito importante para a construção de uma série histórica, o que é fundamental para ajudar no estudo de tendências.

Assaf Neto (2012) define análise horizontal como uma comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. Em outras palavras, é a comparação temporal de uma conta, sendo obtido por meio de números-índices, conforme o **Quadro 08**:

Quadro 8 - Análise Horizontal.

$\text{Análise horizontal: Número-índice} = \frac{V_d}{V_b} \times 100$

Fonte: Elaborado por Assaf Neto (2015).

V_d - representa um valor monetário identificado no exercício que se pretende comparar por meio de um índice,

V_b - exprime esse mesmo valor apurado no exercício em que se efetua a comparação.

Segundo Padoveze e Benedicto (2010 p. 199), “A análise horizontal é uma averiguação da evolução, crescimento ou diminuição, que permite identificar a variação positiva ou negativa de um período em relação ao anterior.”

É recomendável que o analista proceda ao arredondamento dos índices apurados em duas casas decimais.

2.4.4.2 Análise Vertical

A análise vertical mostra a importância de cada conta do balanço patrimonial, abrangendo com cálculos de percentuais entre todas elas.

Segundo Padoveze e Benedicto (2010 p. 196), “A análise vertical do balanço patrimonial é feita assumindo como 100% o total geral do ativo e do passivo, calculando-se

quanto representa cada elemento patrimonial em relação ao total, obtendo-se, assim, a estrutura de participação dos elementos no ativo total. ”

A fórmula de cálculo da análise vertical do balanço patrimonial é então:

Quadro 9 - Análise Vertical.

Análise Vertical: $\frac{\text{Elemento Patrimonial do Ativo ou Passivo}}{\text{Ativo (Passivo) Total}} \times 100$

Fonte: Elaborado por Padoveze e Benedicto (2010).

2.4.5 Indicadores

A análise de balanços por indicadores financeiros é de suma importância pois, nela, avaliamos com a ajuda de quocientes, para entender a real situação econômica, financeira e patrimonial da empresa.

Segundo Silva (2012), é importante que confrontem os resultados para um melhor aproveitamento de empresas do mesmo segmento.

2.4.5.1 Índice de Liquidez

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, faz-se a análise para saber se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: imediata, corrente (curto prazo), liquidez seca e liquidez geral (longo prazo) (IUDÍCIBUS 2010).

Indicibus (2010) *apud* Matarazzo (2010, p. 99) diz que a confusão feita por alguns entre liquidez e capacidade de pagamento, foi apropriadamente abordada por Matarazzo, ao comentar que:

Muitas pessoas confundem índices de liquidez com os índices de capacidade de pagamento. Os índices de liquidez não são índices extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro. São índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. Uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas etc.

2.4.5.1.1 Encaixe voluntário

Já nas análises de instituições financeiras, o encaixe voluntário, segundo Assaf Neto (2012 p. 304), “identifica a capacidade financeira imediata de um banco em cobrir saques contra depósitos à vista na data, de encerramento do exercício social”.

Os encaixes bancários foram criados pelas autoridades monetárias visando, como instrumento de política monetária, o controle das reservas bancárias, atuando diretamente sobre a capacidade dos bancos comerciais e múltiplos de expandirem os meios de pagamento.

Quadro 10 -Encaixe Involuntário / INTERPRETAÇÃO: Quanto maior.

$$\text{Encaixe Involuntário} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Depósitos à vista}}$$

Fonte: Elaborado por Assaf Neto (2012).

2.4.5.1.2 Liquidez Imediata

Pela interpretação da análise pelos bancos a liquidez imediata segundo Assaf Neto (2012) fala que esse índice quando maior de 1,0 apresenta-se como favorável, mantendo a instituição com recursos disponíveis para cobrir integralmente os depósitos à vista e parte dos a prazo.

Quadro 11 - Liquidez Imediata de instituições financeiras.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{Aplicações Interfinanceiras}}{\text{Depósitos à vista}}$$

Fonte: Elaborado por Assaf Neto (2012).

2.4.5.1.3 Liquidez Corrente

Segundo Indicibus (2010 p. 94), “a liquidez corrente relaciona quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis, em curto prazo, em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo.”

Esse índice de liquidez corrente também demonstra que se há disponibilidades no curto prazo, portanto é suficiente para o pagamento das dívidas, também no curto prazo.

Quadro 7 - Liquidez Corrente / INTERPRETAÇÃO: Quanto maior, melhor.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Elaborado por Silva (2017).

2.4.5.1.4 Liquidez Geral

Segundo Silva (2017) É o índice que se refere à verdadeira “saúde financeira” da empresa. É possível também, que através da liquidez geral, perceber toda a capacidade de pagamento da empresa a Longo Prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a Curto e a Longo Prazo), relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a Curto e a Longo Prazo).

Quadro 13 - Liquidez Geral / Interpretação: Quanto maior, melhor.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Fonte: Elaborado por Silva (2017).

2.4.5.1.5 Índice empréstimos/depósitos

Já na análise das instituições financeiras, este índice representa que para cada \$ 1 de recurso captado pela instituição na forma de depósito, o quanto foi emprestado.

Um índice alto neste indicador pode revelar uma diminuição na capacidade de atender a eventuais demandas de saques por parte dos depositantes, porém promove uma maior participação dos empréstimos determinando assim, maiores receitas e melhor rentabilidade.

Quadro 14 - Índice Empréstimos/Depósitos

$$\text{Índice Empréstimos/Depósitos} = \frac{\text{Operações de Crédito}}{\text{Depósitos}}$$

Fonte: Elaborado por Assaf Neto (2012).

2.4.5.1.6 Capital de giro próprio

Segundo Assaf Neto (2012), este índice é indicado pelo próprio capital giro e indica os recursos próprios da instituição, que encontram-se financiando as operações ativas. É considerado um parâmetro de segurança do banco, revelando seu nível de folga financeira financiada com o patrimônio líquido.

Quadro 15 - Capital de Giro Próprio. Elaborado por Assaf Neto (2012).

$$\text{Capital de Giro Próprio} = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Não Circulante}^*$$

Fonte: Elaborado por Assaf Neto (2012).

*Ativo Não Circulante = Realizável a LP + Ativo Permanente.

2.4.5.1.7 Participação dos empréstimos

“Esse indicador revela o percentual do ativo total de um banco que se encontra aplicado em operações de créditos” (ASSAF NETO 2012 P.305).

Quadro 16 - Participação dos Empréstimos

$$\text{Participação dos Empréstimos} = \frac{\text{Operações de Crédito}}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Elaborado por Assaf Neto (2012).

2.4.5.2 Índice de endividamento

Esses indicadores estão relacionados à composição dos capitais (próprios e de terceiros) e medem os níveis de imobilização de recursos, que buscam identificar diversas relações na estrutura da dívida da empresa (SILVA, 2003, p. 221).

É um índice que pode identificar o nível de endividamento da empresa, além de informar se ela está utilizando mais recursos próprios ou recursos de terceiros.

2.4.5.2.1 Participação de Capitais de terceiros

Os capitais de Terceiros se dão pelo somatório do Passivo Circulante mais o Exigível a Longo Prazo, representando, portanto, o endividamento da empresa.

Quadro 17 - Grau de endividamento / INTERPRETAÇÃO: Quanto menor, melhor.

$$\text{Grau de endividamento} = \frac{\text{Capitais de terceiros (PC+ELP)}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Fonte: Elaborado por Silva (2017).

2.4.5.2.2 Composição do Endividamento

“Através dessa análise é possível mensurar o volume de dívidas da empresa com vencimento no curto prazo em relação à dívida total” (SILVA, 2017 p. 151).

Quadro 18 - Composição do Endividamento/ INTERPRETAÇÃO: Quanto menor, melhor.

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros (PC+ELP)}} \times 100$$

Fonte: Elaborado por Silva (2017).

2.4.5.2.3 Imobilização do Patrimônio Líquido

Segundo Silva (2017,) é através desse indicador que se sabe quanto do patrimônio líquido está aplicado no ativo permanente.

Quadro 19 - Imobilização do Patrimônio Líquido/INTERPRETAÇÃO: Quanto menor, melhor.

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Fonte: Elaborado por Silva (2017).

2.4.5.2.4 Indicadores de análise do capital das instituições financeiras

Quadro 20 - Indicadores de análise do capital das instituições financeiras.

$\text{Independência Financeira} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
$\text{Relação Capital/Depositantes} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Depósitos (Passivo)}}$
$\text{Imobilização do Capital Próprio} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Fonte: Elaborado por Assaf Neto (2012).

2.4.5.2.5 Independência financeira

Segundo Assaf Neto (2012), o Índice de independência financeira faz a relação entre o patrimônio líquido e o ativo total, medido em valores no final do ano, ou seja, apresenta o índice de investimentos em ativos suportado pelo patrimônio próprio da empresa. Este índice aponta que quanto maior, melhor.

2.4.5.2.6 Relação Capital/Depositantes

Ainda segundo Assaf Neto (2015), o indicador de capital/depositantes, faz a relação entre o patrimônio líquido e o total dos depósitos passivos.

2.4.5.2.7 Imobilização do Capital Próprio

Segundo Carvalho, Costa, Gonçalves & Limeira (2010), os componentes do ativo permanente devem ser financiados com recursos próprios, e quando forem insuficientes, devem ser complementados com recursos de terceiros desde que amortizáveis a longo prazo.

*Imobilização do capital próprio e do patrimônio líquido = quanto menor, melhor.

Assaf Neto (2012) diz que apesar da importância desses índices financeiros, é preciso levar em conta que os resultados não avaliam o risco operacional dos bancos. A análise do risco de uma instituição financeira envolve necessariamente a determinação apresentada de indicadores dos relatórios contábeis, a maioria deles baseada na relação entre o patrimônio líquido e os depósitos, empréstimos e ativo total.

2.4.5.3 Índice de rentabilidade

De acordo com Silva (2017), o índice de rentabilidade evidencia o quanto renderam os investimentos efetuados na empresa, ou o quanto o investidor espera que, do seu capital investido, seja adequadamente remunerado.

Já na atividade bancária, esse índice comporta-se similarmente aos demais tipos de negócios, principalmente sob a forma de créditos e empréstimos concedidos e investidos. Segundo Assaf Neto (2012 p.310), “como todo negócio, o banco tem por objetivo maximizar a riqueza de seus proprietários pelo estabelecimento de uma adequada relação risco-retorno”.

2.4.5.3.2 Margem líquida

Silva (2017) diz também que a margem líquida é conhecida como retorno sobre as vendas, é um índice que compara o Lucro Líquido em relação às Vendas Líquidas do período, apresentando o percentual de lucratividade gerado.

Quadro 21 - Margem líquida/ Interpretação: Quanto maior, melhor.

$$\text{Margem líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$$

Fonte: Elaborado por Silva (2017).

2.4.5.3.3 Rentabilidade ou Retorno do Investimento (ROI)

Segundo Silva (2017), o ROI (Retorno do Investimento) é uma das medidas de rentabilidade mais utilizadas pelos gestores das empresas, sendo uma medida bastante eficiente, pois seu cálculo relaciona os rendimentos obtidos por um investimento com o valor total dele, possibilitando a comparação entre investimentos.

Assim sendo, o ROI é uma simples e eficiente medida de rentabilidade, relacionando os lucros obtidos com o valor dos investimentos realizados, enfatizando que essa medida segue o mesmo padrão dos quocientes da Análise de Balanços. Tanto é que sua taxa considerada como quociente ou índice de rentabilidade.

Este índice também vem com a finalidade de verificar o tempo médio que os resultados líquidos (lucro líquido) levariam para que houvesse o retorno de cem por cento dos investimentos aplicados no empreendimento. Utiliza-se a taxa de retorno do investimento operacional. Para Reis (2003, p. 156), “[...] a comparação do lucro operacional com o montante do Ativo revela a capacidade de produzir lucro do total dos capitais aplicados pela empresa”. A fórmula mais comum, segundo Silva (2017), é a seguinte:

Quadro 22 - Rentabilidade do Investimento/ INTERPRETAÇÃO: Quanto maior, melhor.

$$\text{Rentabilidade do Investimento} = \frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Investimento}}$$

Fonte: Elaborado por Silva (2017).

2.4.5.3.4 Rentabilidade ou Retorno do Ativo (ROA)

Segundo Silva (2017), esse indicador tem por objetivo medir a EFICIÊNCIA global da alta direção da empresa na geração de lucros com seus investimentos totais.

Quadro 23 - Rentabilidade do Ativo/ INTERPRETAÇÃO: Quanto maior, melhor.

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Elaborado por Silva (2017).

2.4.5.3.5 Rentabilidade do Patrimônio Líquido ou Retorno do Capital Próprio (ROE)

Esse indicador apresenta o retorno que os acionistas ou quotistas da empresa estão obtendo em relação aos seus investimentos.

Conforme Assaf Neto (2002, p. 285) este índice “[...] fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários como uma consequência das margens de lucro, da eficiência operacional, do *Leverage* e do planejamento eficiente de seus negócios”. A fórmula para o cálculo deste indicador é a seguinte:

Quadro 24 - Rentabilidade do patrimônio líquido/ INTERPRETAÇÃO: Quanto maior, melhor.

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL Médio ou Total}} \times 100$$

Fonte: Elaborado por Silva (2017).

2.4.5.3.6 Índices básicos de Rentabilidade

O quadro abaixo mostra o estudo do desempenho econômico de uma empresa, centrado em três medidas financeiras:

Quadro 25 - Índices básicos de Rentabilidade

- ✓ Retorno sobre o Patrimônio Líquido = $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
- ✓ Retorno sobre o Investimento Total = $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
- ✓ Margem líquida = $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita de Intermediação Financeira}}$

Fonte: Elaborado por Assaf Neto (2012).

Segundo Assaf Neto (2012), o *Retorno sobre o Patrimônio Líquido* indica o percentual de ganho que os proprietários conseguiram como consequência da margem de lucro, da eficiência operacional, ou seja, representa que para cada \$ 1,00 investido representa o retorno líquido ao acionista.

Já o *Retorno sobre o Investimento Total*, se relaciona aos resultados das oportunidades de negócios acionadas pela instituição financeira.

E por fim, a *Margem líquida* é formada por vários resultados da gestão dos ativos e passivos do banco.

2.4.5.4.1 Índices de Rentabilidade

Quadro 268 - Índices de Rentabilidade.

Margem Financeira =	$\frac{\text{Resultado Bruto da Intermediação Financeira}}{\text{Ativo Total}}$
Custo Médio de Captação =	$\frac{\text{Despesas Financeiras de Captação de Mercado}}{\text{Depósitos a Prazo}}$
Retorno Médio das Operações de Crédito =	$\frac{\text{Receitas Financeiras de Operação de Crédito}}{\text{Operações de Crédito}}$
Lucratividade dos Ativos =	$\frac{\text{Receitas de Intermediação Financeira}}{\text{Ativo Total}}$
Juros Passivos =	$\frac{\text{Despesa de Intermediação Financeira}}{\text{Passivo Total}}$

Fonte: Elaborado por Assaf Neto (2012).

Segundo Assaf Neto (2012) *Margem Financeira* é a relação entre o resultado bruto de intermediação financeira e o total do ativo do banco. Mostra para cada R\$ 1,00 de ativo quanto a instituição apurou na intermediação financeira.

O *Custo Médio de Captação* é a relação entre as despesas de captação no mercado apropriadas em cada exercício, e o total dos depósitos a prazo mantidos pelo banco. Revela o custo financeiro do capital investido na instituição por poupadores (custo de captação).

O *Retorno Médio das Operações de Crédito*, é a relação entre as receitas financeiras provenientes das operações de crédito e o valor médio aplicado em créditos. Apura a taxa de retorno das aplicações em créditos, a qual é geralmente confrontada com o custo de captação para se avaliar o spread bruto do banco.

A *Lucratividade dos Ativos* é a relação entre as receitas de intermediação financeira e o ativo total do banco. Porcentagem do total investido na instituição (ativo total) que se transformou em receitas financeiras.

E por último os *Juros Passivos*, que de acordo com Assaf Neto (2012) a relação entre a despesa de intermediação financeira e o passivo total mantido pelo banco. Custo das fontes de financiamento do banco.

3 METODOLOGIA

Esta seção descreve a metodologia utilizada pela autora para a realização do estudo sobre o tema “Análise das Demonstrações Contábeis: um estudo de caso em uma instituição financeira de capital aberto antes e após a crise financeira.”

Segundo Silva e Menezes (2005 p.20), “pesquisa é um conjunto de ações, e propostas para encontrar a solução para um problema, que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo”.

Ainda segundo o autor Silva e Menezes (2005), existem várias formas de classificar as pesquisas. As formas clássicas serão apresentadas a seguir, como: os que visam mostrar quanto ao ponto de vista da natureza, da abordagem do problema; quanto ao ponto de vista dos objetivos; quanto aos procedimentos técnicos e pôr fim aos sujeitos da pesquisa. Em outras sessões será mostrada a unidade de análise, quanto aos instrumentos de coleta e a forma de tratamento dos dados.

3.1 Tipos de pesquisa

Segundo Marconi e Lakatos (2017 p. 189), técnicas de pesquisa, são como “instrumentos utilizados para coletar dados e informações em pesquisas de campo, que devem ser escolhidos e elaborados criteriosamente, visando a análise e a explicação dos aspectos teóricos estudados”.

Ainda segundo o autor, o levantamento de dados pode ser classificado em primários (depoimentos, questionários e entrevistas); em secundários (por meio de coleta de dados de análise documental, livros, revistas, jornais, *sites*) e em terciários, que são aqueles citados ou fornecidos por terceiros. Resumindo, podem ser exploratórias, descritivas ou explicativas.

Esta pesquisa é classificada como secundária, pois houve uma coleta de dados de análise de documentos e também em livros, revistas e *sites*, entre outros.

3.2 Do ponto de vista de sua natureza

De acordo com o objetivo deste trabalho, a metodologia utilizada quanto a sua natureza é a pesquisa aplicada, que segundo Vergara (2013), tem finalidade prática, motivada pela necessidade de resolver problemas concretos.

É uma pesquisa que, de acordo com Silva e Menezes (2015 p.20), “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e são dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. O fundamento deste trabalho trata-se de uma análise de demonstrações contábeis, observando o período de recessão da crise se afetou no resultado da instituição ou não ao longo de quatro anos (2014, 2015, 2016 e 2017).

3.3 Sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema

Esta pesquisa, sob o ponto de vista da abordagem do problema, classifica-se como qualitativa e quantitativa, pois além de trabalhar com a quantificação dos dados obtidos pelas análises dos balanços patrimoniais e DRE's dos últimos quatro anos, também realizou a sua interpretação.

Segundo Marconi e Lakatos (2017 p.299), a abordagem qualitativa e quantitativa baseia se em:

“Todavia, a abordagem qualitativa difere da quantitativa não apenas por não empregar instrumentos estatísticos, difere também pela forma como se realizam a coleta e a análise dos dados. A primeira preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Enquanto na abordagem quantitativa o pesquisador se vale de amostras amplas e de informações numéricas, na qualitativa as amostras são reduzidas, os dados são analisados em seu conteúdo psicossocial e os instrumentos de coleta não são estruturados.

Já Silva e Menezes (2015), dizem que a abordagem quantitativa significa traduzir opiniões em números para que se possa analisá-las, já a abordagem qualitativa faz com que haja um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

3.4 Sob o ponto de vista dos objetivos

Esta pesquisa sob o ponto de vista dos objetivos, classifica-se como exploratória. Tendo como objetivo descrever e esclarecer o conceito e a ideia que serviram de base para a realização de um amplo estudo sobre o tema.

Michel (2015) diz que o estudo exploratório é uma fase da pesquisa com objetivo de auxiliar no levantamento de informações sobre o assunto ou objeto de estudo, que procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos.

Para Silva e Menezes (2005), a pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico e a análise de exemplos que estimulem a compreensão. Em geral, assumem as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso como será tratado nesta pesquisa.

No presente estudo o método exploratório se deu por levantamento bibliográfico e documental, através de livros e dados que serão citados no tópico 3.3, visando maior familiarização com o tema abordado.

3.5 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos

A pesquisa, quanto aos procedimentos técnicos, caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

Para Marconi e Lakatos (2009, p. 43), “A pesquisa bibliográfica se trata de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, que permita ao pesquisador um reforço na manipulação de suas informações.”

De acordo com Nascimento (2012), é a partir da pesquisa bibliográfica que o aluno aproveita as oportunidades para a pesquisa, localizar e identificar dados necessários que servirão de base para a formulação das soluções às questões elaboradas, uma vez que pesquisar significa ir além da procura da verdade.

A pesquisa documental, de acordo com Gil (2010), é praticamente a pesquisa bibliográfica, tendo em vista que os dois tipos utilizam dados já existentes, porém a diferença está na natureza das fontes, pois, enquanto a pesquisa bibliográfica é baseada em obras de autores para um público específico, a pesquisa documental é baseada em documentos elaborados para diversos fins. Vergara (2013) destaca como principais documentos utilizados: balancetes, ofícios, memorandos, entre outros.

Sobre o estudo de caso Marconi e Lakatos (2009 p. 304), relatam que “refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano, sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso estudado, que não pode ser generalizado.” O estudo de caso, investiga um fenômeno considerando seu contexto, ou seja, realiza uma análise sob a conjuntura real (YIN, 2015).

Sendo assim, o presente estudo foi realizado em uma instituição financeira de capital aberto, listada na BM&F BOVESPA, analisando os relatórios dos balanços e demonstrações anuais, e em seguida, um estudo de caso, onde foram investigados índices econômico-financeiros complementados com informações de mercado, dos últimos quatro anos, com o intuito de observar se a crise financeira afetou seu balanço, observando dois anos antes e dois

anos após a recessão. A busca dos dados foi coletada pela biblioteca virtual da FASF (minha biblioteca, biblioteca de Pearson, etc.), artigos, leis, sites, CPC's, dissertações entre outros, no intuito de apresentar uma abordagem mais significativa sobre o conteúdo.

Foram usadas palavras chaves, como: contabilidade, instituição financeira, crise, demonstrações contábeis, contabilidade bancária, cenário de recessão, entre outros.

3.6 Unidade de Análise

De acordo com Vergara (2013), unidades de análise ou sujeitos da pesquisa são as pessoas que fornecerão os dados de que se necessita para a realização da pesquisa.

A empresa analisada é uma instituição financeira de capital aberto, supervisionada pelo Banco Central, que atua no atendimento de pessoas físicas e jurídicas intermediando negociações quando necessárias, é o maior banco privado do Brasil, com sua sede central na cidade de São Paulo. A instituição foi criada em 2008, a partir da fusão com outra financeira. Fazendo a somatória total este banco tem num total, de 91 anos de história no mercado, possuindo 90 mil colaboradores, quase 60 milhões de clientes e mais de 95 mil acionistas.

Estão espalhados por todo Brasil e exterior (abrange em torno de 26 países), cerca de 5 mil agências, 26 mil caixas eletrônicos e pontos de atendimento. A instituição é segmentada por várias classes sociais A, B, C e D, oferecendo maior visibilidade, serviços de conta corrente, poupança, cheques especiais, empréstimos pessoais e ao consumidor, cartões de crédito, todos os tipos de seguros, planos de previdência privada, administração de ativos e planos de capitalização para pessoas físicas

De acordo com Assaf Neto (2012), um banco ou instituição financeira é uma empresa tomadora de decisões racionais, que visam à maximização dos seus resultados e o lucro. É configurada no sentido básico de negociação, cujos fornecedores são os agentes superavitários da economia.

3.7 Coleta de dados

Por se tratar de um estudo de caso realizado em uma instituição financeira, privada, de capital aberto, foram coletados os dados a partir das demonstrações consolidadas, disponíveis nos *sites* da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BM&F BOVESPA, durante os anos de 2014 a 2017.

Na coleta de dados, o leitor deve ser informado como você pretende obter os dados de que precisa para responder ao problema. Não esqueça, portanto, de se correlacionar os objetivos aos meios para alcançá-los, bem como de justificar a adequação de um a outro. (VERGARA, 2009, p.51)

3.8 Tratamento dos dados

Este estudo teve como intuito analisar as demonstrações contábeis de uma instituição financeira, do setor privado antes e após a crise econômica e financeira, período compreendido entre os anos de 2014 a 2017. Buscou-se comparar os índices de liquidez, endividamento e rentabilidade da instituição durante o período, de modo a avaliar os impactos ocorridos nas suas atividades.

Os dados obtidos a partir das demonstrações consolidadas, extraídas dos sites da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BM&F BOVESPA foram transformados em tabelas, utilizando-se o Microsoft Excel, objetivando propiciar uma melhor a melhor leitura.

Segundo Silva e Menezes (2015), nesta etapa poderá rever os dados obtidos usando os recursos manuais ou computacionais para organizá-los na pesquisa de campo. Com o avanço da informática, é natural a opção pelos recursos computacionais ganhando suporte na elaboração de índices e cálculos estatísticos, tabelas e quadros.

Os indicadores, foram calculados tendo por base a leitura dos autores Assaf Neto (2015) e Silva (2017). Após, os cálculos feitos, foram realizadas comparações anuais de todos os indicadores, com o propósito de chegar a um resultado que apontasse consequências negativas ou positivas da crise econômico-financeira sobre as atividades exercidas pela instituição financeira, respondendo assim à questão problema.

Utilizou-se como recurso a triangulação de dados pois, foram comparados os resultados obtidos com os aspectos conceituais apresentados pelos autores. Segundo Yin (2015) a efetivação da triangulação, e os resultados encontrados pelo tratamento quantitativos

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados e as discussões referentes aos dados coletados nas demonstrações financeiras (balanço patrimonial e DRE) de uma instituição financeira, nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. As análises aplicadas deram-se através do cálculo dos índices de liquidez, análise de capital e rentabilidade, por meio das fórmulas apresentadas no referencial teórico deste estudo.

4.1 Análise de Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa

Os bancos e as instituições financeiras fazem parte de um grupo do mercado no qual corre grande risco de inadimplência. Por isso, existem especificações a eles inerentes na realização da sua provisão para créditos de liquidação duvidosa. Essas especificações de provisionamento são reguladas por meio da resolução nº 2.682, de 1999, do Banco Central do Brasil.

Segundo a mesma resolução, a provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação dos percentuais a seguir mencionados. Isto sem prejuízo da responsabilidade dos administradores das instituições, pela constituição de provisão, em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos: (Res. 2682 art 6º I/VIII)

Quadro 279 – Especificações para Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;b) 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;c) 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;d) 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;e) 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;f) 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;g) 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;h) 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H. |
|--|

Fonte: Banco Central do Brasil (Res 2682 art 6º I/VIII) (1999).

A seguir, serão apresentados os resultados referentes à instituição financeira analisada, mostrando que se encontra em alto índice de inadimplência, mas que obteve uma leve queda, em relação aos anos atingidos pela a crise econômica.

Quadro 28 – Resultado Crédito de Liquidação Duvidosa

CURTO PRAZO - 2017-93,45(7%)	2016-93,52(6%)	2015-93,45(7%)	2014-93,72(6%)
LONGO PRAZO - 2017-90,94(9%)	2016-90,45(10%)	2015 -90,82(9%)	2014 -93,58(6%)

Fonte: Elaborado pela autora.

Pode observar que a inadimplência pela instituição financeira analisada a curto prazo em 2014 o ano que ainda não existia a crise era de aproximadamente 6% que se observar no **Quadro 28** seus clientes se encontram parcialmente nas operações C e D.

Mas observando o ano de 2017 pode analisar uma diferença no curto e longo prazo. No curto prazo praticamente se manteve igual a análise do ano de 2014. E a longo prazo, houve um aumento do ano de 2014 para o ano de 2017, mostrando que a inadimplência para longo prazo passou para 10% ainda assim dentre os últimos quatro anos analisados se manteve entre as operações C e D.

A crise econômica e financeira afetou neste índice, mostrando que a inadimplência vem aumentando ao longo dos anos.

4.2 Análise horizontal e vertical

Segundo Silva (2017), a análise das demonstrações contábeis deve começar através da metodologia de análise horizontal e vertical, que serve de etapa preparatória para a análise através de indicadores. Estas análises horizontais e verticais são as formas mais comuns para a expressão dos resultados, pois, apesar de sua simplicidade, irão destacar as variações mais importantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício.

Silva (2017) diz ainda que o processo de análise horizontal e vertical será mais adequado se realizado através do agrupamento das dando preferência à demonstração apenas das contas mais relevantes dentro dos respectivos grupos patrimoniais ou de resultado.

O objetivo será identificar o peso de determinada conta em relação ao total do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, ou na sua participação na composição do resultado, e a evolução dessas participações ao longo dos exercícios.

4.2.1 Análise Horizontal do Balanço Patrimonial

Segundo Bruni (2010), a análise horizontal mostra a evolução das contas ao longo do tempo, onde o ano inicial assume um valor-base igual a 100% e os valores nos demais períodos são calculados em relação ao valor do ano-base.

Quadro 29 - Análise Horizontal do Balanço Patrimonial (BP) – Em milhões de reais.

BP	2017	AH	2016	AH	2015	AH	2014
ATIVO CIRCULANTE	1.090	9%	1.004	6%	948	10%	859
DISPONIBILIDADES	19	1%	19	0%	19	1%	18
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	270	-5%	285	2%	280	22%	229
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	334	26%	264	19%	223	9%	204
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	245	0%	244	2%	239	1%	238
Outro Créditos	87	14%	76	-35%	118	15%	103
Realizável a Longo Prazo	386	-3%	396	1%	392	19%	330
Permanente	28	5%	27	44%	19	-6%	20
Investimentos	5	10%	5	26%	4	12%	4
Imobilizado de Uso	6	-6%	7	-3%	7	-7%	8
Intangível	15	8%	14	85%	7	-14%	9
ATIVO TOTAL	1.504	5%	1.427	5%	1.359	12%	1.209
PASSIVO CIRCULANTE	794	6%	750	6%	707	9%	650
Depósito	273	10%	249	7%	233	2%	229
Captações no Mercado Aberto	252	0%	251	29%	196	4%	188
Obrigações por Empréstimos e Repasses	39	-18%	47	-18%	58	23%	47
Instrumentos Financeiros Derivativos	13	21%	11	-26%	15	86%	8
Outras Obrigações	127	7%	119	-27%	163	17%	140
Exigível a Longo Prazo	568	4%	548	1%	542	18%	459
Depósitos	130	61%	80	34%	60	-9%	66
Captações no Mercado Aberto	72	-37%	115	-26%	155	14%	137
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	59	3%	57	23%	47	119%	21
Obrigações por Empréstimos e Repasses	25	-12%	28	-40%	47	12%	42
Outras Obrigações	88	-13%	101	9%	92	18%	78
Resultados de Exercícios Futuros	2	19%	2	4%	2	38%	1
Participações de Não Controladores	12	3%	12	562%	2	-27%	2
Patrimônio Líquido	127	10%	116	9%	106	11%	96
TOTAL DO PASSIVO	1.504	5%	1.427	5%	1.359	12%	1.209

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Segundo o **Quadro 29**, apresentado na página a seguir, a análise horizontal do Balanço Patrimonial desta instituição financeira mostra que o ativo circulante em 2015 representava 10,46%, diminuindo para 8,57% em 2017. No comparativo do período, houve

uma redução de 1,89%. Já a conta de disponibilidades, normalmente representa o volume de dinheiro disponível para a instituição honrar os seus compromissos de curto prazo havendo uma diminuição em relação ao total do ativo, de 5,80% em 2015 para 1,12% em 2017. Essa diminuição resultou em uma média de 4,68%.

A aplicação interfinanceira de liquidez compreende as aplicações feitas em outros bancos como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), Debêntures, LFT's (Letras Financeiras do Tesouro), LTN's (Letras do Tesouro Nacional), entre outros. De 2015 para 2017 houve um decréscimo para o negativo da instituição (-) 5,09%, evidenciando assim, uma diminuição geral de suas aplicações. As contas que impactaram nessa queda foram as de mercado, que em 2017 teve seu valor em -8,03% e -5,51% de aplicações neste mercado, com recursos garantidores das provisões técnicas.

Já na conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros houve um grande aumento de volume aplicado pelo banco, pois em 2015 essa conta representava 8,92% do total do ativo, passando para 26,39% em 2017. As operações de crédito são os empréstimos que o banco faz para as pessoas físicas, pessoas jurídicas ou do setor público, e são entre elas que estão as operações de capital de giro, CDC (Crédito Direto ao Consumidor), empréstimos de qualquer fim, como os imobiliários, pessoal, repasses do BNDES, etc. Esta conta teve várias oscilações no período analisado, finalizando com uma diminuição de 0,75%, em 2015, aumentando para 2,04%, em 2017 e diminuindo para 0,33%, em 2017. No comparativo do período, houve uma redução de 0,42%. A conta de outros créditos é representada por carteira de câmbio, rendas a receber, negociação e intermediação de valores, créditos tributários, depósitos em garantias entre outros tipos de operações. Nessa conta, diferentemente da conta anterior, houve uma redução das operações pois em 2015 ela representava 14,98%, e em 2017, 13,75% do total do ativo. Essa queda pode representar risco as operações e a rentabilidade.

Na conta de realizável a Longo Prazo, a partir da tabela acima, ocorreu outra queda significativa de 18,75%, em 2015, para -2,76%, em 2017, fazendo com que as principais contas fossem afetadas, como as aplicações interfinanceiras de liquidez, que são aplicações feitas em outros bancos via CDI, que estavam negativas em -21,01% em 2015, aumentando para 101,72%, em 2016 caindo novamente para -19,43%, em 2017. Observa que esta conta teve um movimento inverso ao que ocorreu no ativo circulante. Por fim, as contas Permanente e Intangível tiveram uma queda semelhante, pois o banco fez investimentos em coligadas.

Continuando a análise do **Quadro 29**, percebe-se que, em 2015, o passivo circulante representava 8,70% do total do passivo, diminuindo para 5,81%, em 2017, mostrando que o banco teve uma dificuldade em manter suas obrigações em curto prazo.

A conta Depósitos onde entram nas subcontas todos os tipos de depósitos como à vista, e poupança, interfinanceiros, a prazo, entre outros, obteve um aumento, entre os anos de 2015 a 2017, para 9,77% de depósitos totais. Outra conta que teve variação nos indicadores foi a de Instrumento financeiro Derivativo que em 2015 85,57% caindo para 21,47% em 2017. Já o exigível a longo prazo representava, em 2015, 18,17% e, em 2017, 3,78% do total do passivo.

A conta Depósitos de Longo Prazo é uma das únicas do Passivo Circulante total que teve aumento significativo, pois em 2015 se encontrava negativa de -8,87% e em 2017, foi para 61,19%, já Depósitos Interfinanceiros obteve um aumento de 1251,27%, e são recursos recebidos de outros bancos, relativos aos valores que transitam entre eles.

A conta Recursos de Aceites e Emissão de Títulos referem-se a obrigações por títulos e valores mobiliários, letras hipotecárias, etc. Esta conta em 2009, representava 119,49% do total do passivo e, em 2017, caiu para 2,98%, evidenciando uma expressiva queda dessas operações. O mesmo aconteceu com a conta de Instrumento Financeiro. Por fim, o Patrimônio Líquido e o total do Ativo também diminuíram no período analisado.

4.2.2 Análise Vertical do Balanço Patrimonial

Já na análise vertical será feita uma análise de forma geral, observando somente as principais contas do balanço patrimonial.

Quadro 30 - Análise Vertical do Balanço Patrimonial (BP) – Em milhões de reais. (continua)

BP	2017	AV	2016	AV	2015	AV	2014	AV
CIRCULANTE	1.090	72%	1.004	70%	948	70%	859	71%
DISPONIBILIDADES	19	1%	19	1%	19	1%	18	1%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	270	18%	285	20%	280	21%	229	19%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	334	22%	264	19%	223	16%	204	17%
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	245	16%	244	17%	239	18%	238	20%
Outro Créditos	87	6%	76	5%	118	9%	103	9%
Realizável a Longo Prazo	386	26%	396	28%	392	29%	330	27%
Permanente	28	2%	27	2%	19	1%	20	2%
Investimentos	5	0%	5	0%	4	0%	4	0%
Imobilizado de Uso	6	0%	7	0%	7	1%	8	1%
Intangível	15	1%	14	1%	7	1%	9	1%
ATIVO TOTAL	1.504	100%	1.427	100%	1.359	100%	1.209	100%
PASSIVO CIRCULANTE	794	53%	750	53%	707	52%	650	54%

Depósito	273	18%	249	17%	233	17%	229	19%
Captações no Mercado Aberto	252	17%	251	18%	196	14%	188	16%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	39	3%	47	3%	58	4%	47	4%
Instrumentos Financeiros Derivativos	13	1%	11	1%	15	1%	8	1%
Outras Obrigações	127	8%	119	8%	163	12%	140	12%
Exigível a Longo Prazo	568	38%	548	38%	542	40%	459	38%
Depósitos	130	9%	80	6%	60	4%	66	5%
Captações no Mercado Aberto	72	5%	115	8%	155	11%	137	11%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	59	4%	57	4%	47	3%	21	2%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	25	2%	28	2%	47	3%	42	3%
Outras Obrigações	88	6%	101	7%	92	7%	78	6%
Resultados de Exercícios Futuros	2	0%	2	0%	2	0%	1	0%
Participações de Não Controladores	12	1%	12	1%	2	0%	2	0%
Patrimônio Líquido	127	8%	116	8%	106	8%	96	8%
TOTAL DO PASSIVO	1.504	100%	1.427	100%	1.359	100%	1.209	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na análise vertical, do **Quadro 30**, o ativo circulante nos quatro anos analisados apresentou a maior parte, ficando entre 70% a 73% do total do ativo. Sendo que as suas contas de mais expressividade são as aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários que apresentam entre 16% a 22% do ativo. Por ser uma instituição financeira, não apresenta estoque, e concentra suas movimentações maiores nas disponibilidades e aplicações financeiras.

O Ativo Não Circulante, no período analisado, mostra que as contas que mais se destacaram foram operações de crédito que ficaram entre 14% e 16%. A conta Imobilizado em relação ao Ativo total, obteve uma redução, passando de 0,63%, em 2014 para 0,43%, em 2017.

O Passivo Circulante em relação ao ativo diminuiu, de 53,78%, em 2014, passando para 52,79%, em 2017, em relação ao passivo total. Outras contas que chamaram a atenção foram os depósitos que, em relação aos quatro anos analisados, obteve uma queda, mas acabou mantendo um leve aumento de 18,18%, em 2017. A conta captações no mercado aberto, em relação ao ano de 2014, obteve uma leve melhora de aproximadamente 2% a mais.

A Conta Passivo não Circulante nos quatro anos analisados, de forma geral, manteve em 37%. A principal conta que obtivera uma melhora seria Depósitos, passando de 5,45%, em 2014 para 8,62%, em 2017. As que tiveram umas perceptíveis quedas foram as de Captações no Mercado Aberto que de 11,30%, em 2014 foram para 4,78%, em 2017.

A conta Obrigações por Empréstimos e Repasses passou de 3,45%, em 2014, para 1,64%, em 2017. As demais se mantiveram estáveis ao longo dos anos. O Patrimônio Líquido representou, no período analisado, uma melhora ao longo dos anos, ficando em 2017, seu melhor resultado, 8,44%.

4.2.3 Análise Horizontal DRE

No **Quadro 31** a seguir, discute-se a respeito das informações obtidas através da análise horizontal da DRE.

Na análise da Demonstração do Resultado do Exercício da instituição financeira analisada, observa-se uma diminuição significativa na conta Receita Financeira, que em 2015 era positiva, em 30,85%, ficando negativa, em 2017, de 7,94%.

Outra conta com grande queda é a de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, que em 2015, apresentava 57,90% e, em 2017, passava para 30,28%. Observa-se, então, uma melhora nesse resultado pois estavam devendo menos.

Quadro 31 - Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

DRE	2017	AH	2016	AH	2015	AH	2014
Receita da Intermediação Financeira	147.494.988	-8%	160.212.631	-2%	163.594.126	31%	125.023.816
Despesas da Intermediação Financeira	-82.570.681	-4%	-85.878.777	-25%	-113.853.167	56%	-73.137.167
Resultado da Intermediação Financeira Antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	64.924.307	-13%	74.333.854	49%	49.740.959	-4%	51.886.649
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	-15.048.252	-30%	-21.582.437	-4%	-22.427.019	58%	-14.203.006
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	49.876.055	-5%	52.751.417	93%	27.313.940	-28%	37.683.643
Outras Receitas (Despesa) operacionais	-16.970.081	33%	-16.914.343	35%	-12.575.365	9%	-11.555.313
Resultado Operacional	32.905.974	8%	35.837.074	143%	14.738.575	-44%	26.128.330
Resultado não Operacional	-14.990	-112%	121.398	9347%	1.285	-100%	1.116.420
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	32.890.984	9%	35.958.472	144%	14.739.860	-46%	27.244.750
Imposto de Renda e Contribuição Social	-8.868.899	38%	14.210.055	-254%	9.215.376	-243%	-6.437.350
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias Lei nº 6.404 de 15/12/1976	-243.584	7%	-250.530	5%	-239.331	-8%	-260.592
Participações de Não Controlada	186.050	32%	141.238	-140%	-356.071	17%	-305.244
Lucro Líquido	23.964.551	11%	21.639.125	-7%	23.359.834	15%	20.241.564

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A conta de Resultado Operacional teve oscilações no decorrer dos anos, pois em 2015, apresentava -43,59%, em 2016, e aumentou para 143,95%, decrescendo novamente para -8,18%, em 2017.

No período analisado de 2014 a 2017 apresentou também, na conta Imposto de Renda e Contribuição Social uma grande queda, pois em 2014, tinha -243,15%, e, em 2017, passou para 37,59%. O Lucro Líquido também caiu de 15,41% para 10,75%, em 2017.

4.1.4 Análise Vertical DRE

Na **Quadro 32** a seguir, discute-se a respeito das informações obtidas através da análise vertical da DRE.

De acordo com a **Quadro 32**, pode-se verificar que a despesa da Intermediação Financeira ficou em 55,98% sobre o total do Resultado Líquido, referente ao ano de 2017, mostrando uma diminuição com relação aos outros anos.

Quadro 32 - Análise Vertical das Demonstrações do Resultado do Exercício.

DRE	2017	AV	2016	AV	2015	AV	2014	AV
Receita da Intermediação Financeira	147.494.988	100%	160.212.631	100%	163.594.126	100%	125.023.816	100%
Despesas da Intermediação Financeira	-82.570.681	-56%	-85.878.777	-54%	-113.853.167	-70%	-73.137.167	-59%
Resultado da Intermediação Financeira Antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	64.924.307	44%	74.333.854	46%	49.740.959	30%	51.886.649	42%
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	-15.048.252	-10%	-21.582.437	-13%	-22.427.019	-14%	-14.203.006	-11%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	49.876.055	34%	52.751.417	33%	27.313.940	17%	37.683.643	30%
Outras Receitas (Despesa) operacionais	-16.970.081	-12%	-16.914.343	-11%	-12.575.365	-8%	-11.555.313	-9%
Resultado Operacional	32.905.974	22%	35.837.074	143%	14.738.575	9%	26.128.330	21%
Resultado não Operacional	-14.990	0%	121.398	0%	1.285	0%	1.116.420	1%
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	32.890.984	22%	35.958.472	22%	14.739.860	9%	27.244.750	22%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-8.868.899	-6%	14.210.055	-9%	9.215.376	6%	-6.437.350	-5%
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias Lei nº 6.404 de 15/12/1976	-243.584	0%	-250.530	0%	-239.331	0%	-260.592	0%
Participações de Não Controlada	186.050	0%	141.238	0%	-356.071	0%	-305.244	0%
Lucro Líquido	23.964.551	16%	21.639.125	14%	23.359.834	14%	20.241.564	16%

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Outra conta que obteve um aumento foi a de Outras Receitas (despesas) Operacionais, pois em 2014 era de -9,24% e, agora em 2017, se encontrava com -11,51%.

Por fim, a conta do Lucro Líquido teve poucas variações aos longos dos anos, conseguindo manter e ficar com os aproximados 16%.

4.3 Indicadores de Liquidez

Nos próximos quadros será apresentado os índices dos indicadores de liquidez da instituição financeira analisada dos anos de 2014 a 2017.

4.3.1 Encaixe voluntário

É o dinheiro que os bancos comerciais devem manter em caixa para atendimento dos fluxos de retirada (saques) em espécie pelos seus correntistas.

Quadro 33 - Encaixe voluntário.

ANO	2017	2016	2015	2014
Encaixe voluntário	0,27	0,30	0,30	0,36
Disponibilidades	18.749.350	18.749.350	18.544.382	17.527.249
Passivo Circulante	793.758.946	750.149.557	706.655.604	650.080.857

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Analisando o **Quadro 33**, quanto aos índices observa-se que houve uma redução no indicador Encaixe Voluntário, saindo de 0,36, em 2014, para 0,27, em 2017, indicando redução da capacidade financeira imediata do banco de cobrir eventuais saques contra depósitos à vista.

4.3.2 Liquidez Imediata

Este indicador tem por objetivo apontar o quanto de dívidas a curto prazo uma instituição financeira possui.

Quadro 34 - Cálculo da Liquidez Imediata (em milhares de reais).

ANO	2017	2016	2015	2014
Liquidez Imediata	4,19	4,96	4,89	5,06
<u>Disponib + Aplic Interfin</u>	288.794.749	303.080.161	298.744.331	246.414.148
Depósitos à vista	68.973.374	61.132.961	61.092.014	48.733.456

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Este índice aponta a quantia que a instituição financeira possui de recursos para cumprir com suas Obrigações de Curto Prazo, a partir das suas Disponibilidades com suas Aplicações Interfinanceiras, em relação ao seu depósito à vista. Nos quatro anos analisados este índice ficou acima de R\$1,00, obtendo um resultado favorável, mostrando que a

instituição possui recursos suficientes para cobrir integralmente os depósitos à vista e parte dos depósitos a prazo.

4.3.3 Liquidez Corrente

Quadro 35 - Liquidez Corrente.

ANO	2017	2016	2015	2014
Liquidez Corrente	1,37	1,34	1,34	1,32
<u>Ativo Circulante</u>	1.089.698.982	1.003.649.930	948.456.300	858.654.710
Passivo Circulante	793.758.946	750.149.557	706.655.604	650.080.857

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No período analisado, quanto ao Índice de Liquidez Corrente, a partir dos cálculos realizados, fica evidente que seu melhor desempenho foi em 2017, comparado aos anos anteriores. Estes índices alcançaram um valor considerado satisfatório, que é acima de R\$1,00, revelando assim que para cada 1,00 de Passivo Circulante, havia 1,37 de Ativo Circulante. Ou seja, a instituição em curto prazo, tem recursos para cumprir com o pagamento de suas obrigações. Nas empresas em geral, o índice mais utilizado pela área financeira é de 2,00, que garante uma situação confortável para a entidade.

4.3.4 Empréstimos/Depósitos

Esta análise pode indicar a capacidade da instituição em atender eventuais demandas saque, como também a do nível de receitas geradas e a rentabilidade obtida.

Quadro 36 - Índice Empréstimos/Depósitos.

ANO	2017	2016	2015	2014
Índice Empréstimos/Depósitos	0,90	0,98	1,03	1,04
<u>Operações de Crédito</u>	245.048.364	244.240.815	239.365.642	237.592.277
Depósitos	273.399.101	249.014.691	228.939.729	232.618.778

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Neste quadro do índice Empréstimos/Depósitos, observa-se redução de 1,04, em 2014, para 0,90, em 2017. Então, esse índice revela que, para cada R\$ 1,00 de capital emprestado

pela instituição, 0,90 centavos é captado sob a forma de depósito. Segundo Assaf Neto (2012), um incremento na relação empréstimos/depósitos identifica uma diminuição na capacidade do banco em atender eventuais saques da conta de seus depositantes, ocorrendo o inverso no caso da redução desse índice.

4.3.5 Capital de Giro Próprio

O capital de giro próprio indica a diferença entre o patrimônio líquido e o ativo não circulante. Mostra os recursos próprios da instituição que se encontram financiando as operações ativas.

Quadro 107 - Capital de Giro Próprio.

ANO	2017	2016	2015	2014
Capital de Giro Próprio	-286.880.902	-307.843.868	-304.253.701	-254.199.252
Patrimônio Líquido	126.923.600	115.590.426	106.462.440	95.847.713
(-) Ativo Não Circulante*	413.804.502	423.434.294	410.716.141	350.046.965

*Ativo não circulante = Realizável a LP + Ativo Permanente

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O resultado desse índice tem efeito negativo, pois a instituição financeira em si trabalha totalmente com capitais de terceiros, não tendo assim capitais próprios.

Indica quanto dos recursos próprios do banco que se encontram financiando as operações ativas. Serve como parâmetro de segurança, para identificar a folga financeira financiada com patrimônio líquido.

4.3.6 Participação dos Empréstimos

Relação entre as operações de crédito e o ativo total. Percentual do ativo total de um banco que se encontra aplicado em operações de empréstimos (créditos).

Quadro 38 - Participação dos Empréstimos.

ANO	2017	2016	2015	2014
Participação dos Empréstimos	0,16	0,17	0,18	0,20
<u>Operações de Crédito</u>	245.048.364	244.240.815	239.365.642	237.592.277
Ativo Total	1.503.503.484	1.427.084.224	1.359.172.441	1.208.701.675

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O índice de participação dos empréstimos também apresentou redução, saindo de 0,20, em 2014, para 0,16, em 2017. Esse indicador demonstra o percentual do ativo total do banco que se encontra aplicado em operações de créditos, em, para cada R\$ 1,00, de ativo total, 0,16 centavos encontra-se aplicado em crédito.

4.4 Índice de Endividamento

Os quadros a seguir apresentam os Indicadores de Análise do Capital (endividamento) obtidos a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014, 2015, 2016 e 2017.

4.4.1 Independência Financeira

O Índice de Independência Financeira faz a relação entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total, medido em valores de final de ano, ou seja, apresenta o índice de investimentos em ativos suportado pelo patrimônio líquido da empresa.

Quadro 39 - Independência Financeira.

ANO	2017	2016	2015	2014
Independência Financeira	0,084	0,081	0,078	0,079
<u>Patrimônio Líquido</u>	126.923.600	115.590.426	106.462.440	95.847.713
Ativo Total	1.503.503.484	1.427.084.224	1.359.172.441	1.208.701.675

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No período investigado, o banco apresentou redução na Dependência de Capital de Terceiros, aumentando a participação do capital próprio na estrutura de capital total. Este indicador faz a relação entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total da entidade, a fim de demonstrar qual é o percentual de investimentos aplicados no Ativo através do Patrimônio Líquido. Quanto maior for este índice, mais segura será a empresa. O índice de independência financeira passou de 0,079, em 2014 para 0,084, em 2017, obtendo uma melhora significativa, ou seja, o Patrimônio Líquido representava 9,80% do Ativo Total.

4.4.2 Relação Capital/Depositantes

O Índice de Relação entre Capital/Depositantes busca mostrar quanto de recursos próprios está aplicado sob a forma de depósitos.

Quadro 110 - Relação Capital/Depositantes.

ANO	2017	2016	2015	2014
Relação Capital/Depositantes	0,46	0,46	0,46	0,42
<u>Patrimônio Líquido</u>	126.923.600	115.590.426	106.462.440	95.847.713
Depósitos (Passivos)	273.399.101	249.014.691	228.939.729	232.618.778

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Pode-se verificar que este índice era de 0,42, em 2014, aumentando respectivamente para 0,46, em 2015, 2016 e 2017. O melhor índice da série analisada foi o dos últimos três anos, onde para cada R\$ 1,00 da captação dos bancos, sob a forma de Depósitos, havia R\$ 0,46 de recursos próprios. Estes índices melhoraram, em sua análise de quanto maior, melhor.

4.4.3 Imobilização do Capital Próprio

Procura verificar quanto do Capital Próprio está comprometido com o Ativo Permanente da entidade. É a porcentagem do capital próprio aplicado no banco, que foi imobilizado em ativo permanente.

Quadro 41 - Imobilização do Capital Próprio.

ANO	2017	2016	2015	2014
Imobilização do Capital Próprio	0,22	0,23	0,18	0,21
<u>Ativo Permanente</u>	28.286.424	26.987.417	18.688.942	19.922.899
Patrimônio Líquido	126.923.600	115.590.426	106.462.440	95.847.713

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O Indicador de Imobilização visa demonstrar quanto do capital próprio da entidade está sendo imobilizado em seu ativo permanente. Podemos verificar que, no período analisado, a instituição financeira aumentou seu índice de imobilização 0,18, em 2015, para 0,22, em 2017.

4.4 Índice de Rentabilidade

As tabelas a seguir apresentam os índices de rentabilidade obtidos a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014, 2015, 2016 e 2017.

4.4.1 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Com a finalidade de verificar o tempo médio que os Resultados do Lucro Líquido levariam para que houvesse o retorno de cem por cento dos investimentos aplicados. Utiliza-se a taxa de retorno do capital próprio. Foi feita a relação entre o Lucro Líquido sobre o Patrimônio Líquido, a fim de evidenciar qual foi o retorno sobre os recursos próprios investidos.

Quadro 122 - Retorno sobre o Patrimônio Líquido.

ANO	2017	2016	2015	2014
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	18,88%	18,72%	21,94%	21,12%
<u>Lucro Líquido</u> x100%	23.964.551	21.639.125	23.359.834	20.241.564
<u>Patrimônio Líquido</u>	126.923.600	115.590.426	106.462.440	95.847.713

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O Índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido demonstra que os lucros acompanharam o crescimento do patrimônio líquido, pois o indicador, no período analisado ficou na média em 19%, sendo seu melhor indicador na média. Da mesma forma, cada 100% do Patrimônio Líquido no ano de 2017, apresentou apenas 19%, de remuneração.

4.4.2 Retorno sobre o Investimento

O Retorno sobre o Investimento (ROI) é a relação entre o dinheiro ganho ou perdido através de um investimento, e o montante de dinheiro investido.

Quadro 43 - Retorno sobre o Investimento.

ANO	2017	2016	2015	2014
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	439,00%	438,00%	593,00%	574,00%
<u>Lucro Líquido</u> x100%	23.964.551	21.639.125	23.359.834	20.241.564

Investimento	5.458.802	4.943.071	3.938.692	3.525.861
--------------	-----------	-----------	-----------	-----------

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O Índice de Retorno sobre o Investimento demonstra novamente que os lucros acompanharam o crescimento dos Investimentos, pois o indicador, no período analisado teve seu melhor resultado em 2015, de 593% diminuindo para 439%, em 2017.

A análise mostra que, de cada 100% de investimento, no ano de 2017, apresentou 439% de remuneração, mantendo, em 2016 438%, para 593%, em 2014, e baixando um pouco para 574%, em 2012.

4.4.3 Rentabilidade do Ativo

Este índice busca verificar o quanto a entidade remunerou seus ativos, fazendo a relação entre o Lucro Líquido da instituição financeira sobre o Ativo Total.

Quadro 44 - Rentabilidade do Ativo.

ANO	2017	2016	2015	2014
Rentabilidade do Ativo	1,59%	1,52%	1,72%	1,67%
<u>Lucro Líquido x100%</u>	23.964.551	21.639.125	23.359.834	20.241.564
Ativo Total	1.503.503.484	1.427.084.224	1.359.172.441	1.208.701.675

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebe-se o bom desempenho e aumento do Ativo da entidade no decorrer dos anos, mas em contrapartida, o Lucro Líquido do Exercício teve suas reduções e aumentos.

No período analisado, a média dos indicadores ficou sempre acima de 1,5%. Não há um indicador padrão para a análise deste índice, então quanto maior o indicador, melhor é o desempenho econômico da instituição financeira. Para cada 100,00% de Ativo, no ano de 2014, a instituição financeira remunerou apenas 1,67% aumentando para 1,72%, em 2015; para 1,52%, em 2016; e ficando em 1,59%, no ano de 2012.

4.4.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

O retorno sobre o Patrimônio Líquido analisa o quanto o banco ganhou de lucro por cada real do capital próprio investido.

Quadro 135 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

ANO	2017	2016	2015	2014
Rentabilidade do Patrimônio	18,88%	18,72%	21,94%	21,12%
<u>Lucro Líquido</u> x100%	23.964.551	21.639.125	23.359.834	20.241.564
Patrimônio Líquido	126.923.600	115.590.426	106.462.440	95.847.713

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A rentabilidade sobre o Patrimônio líquido, de acordo com o **Quadro 47**, reflete que a instituição financeira, no período estudado, obteve seu melhor resultado, sendo 21,12%, em 2014, e uma redução em 2017, para 18,88%. Este índice faz a relação entre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido, observando que a entidade apresenta um retorno sobre os recursos próprios investidos.

Então, para cada R\$ 100,00 de patrimônio líquido ele teve, em 2017, R\$ 18,88 de lucro líquido.

4.4.5 Margem Financeira

Este indicador tem como finalidade apresentar a eficiência da instituição financeira em gerar lucros através de suas receitas.

Quadro 46 - Margem Financeira.

ANO	2017	2016	2015	2014
Margem Financeira	0,03	0,04	0,02	0,03
<u>Lucro Líquido</u> x100%	49.876.055	52.751.417	27.313.940	37.683.643
Ativo Total	1.503.503.484	1.427.084.224	1.359.172.441	1.208.701.675

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No período investigado, o banco apresentou leves alterações no Índice de Margem Financeira, com destaque para 2014, que foi de 0,03 e, 2015, que foi de 0,02. Durante este período, a média do índice foi de 0,03, indicando que para cada R\$ 1,00 de ativo, o banco obtém R\$ 0,03 de resultado bruto da intermediação financeira.

4.4.6 Custo Médio de Captação

Quadro 147 - Custo Médio de Captação.

ANO	2017	2016	2015	2014
Custo Médio de Captação	0,75	0,95	1,54	1,25
<u>Despesas Financeiras de Captação de Mercado</u>	62.304.486	72.159.878	70.841.576	54.124.515
Depósitos a Prazo	82.718.297	75.913.244	45.994.110	43.135.034

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quanto ao custo médio de captação, este reduziu de 1,25, em 2014, para 0,75, em 2017. Esta redução foi positiva, pois quanto menor este índice, melhor.

4.4.7 Retorno Médio das Operações de Crédito

Relaciona as receitas financeiras de operações de crédito com o total de operações de crédito.

Quadro 48 - Retorno Médio das Operações de Crédito.

ANO	2017	2016	2015	2014
Retorno Médio das Operações de Crédito	0,30	0,32	0,33	0,28
<u>Receitas Financeiras de Operação de Crédito</u>	74.721.149	78.456.495	78.318.939	67.439.225
Operações de Crédito	245.048.364	244.240.815	239.365.642	237.592.277

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O Índice de Retorno Médio das Operações de Crédito apresentou melhora, no período analisado, saindo de 0,28, em 2014, para 0,30, em 2017, embora nos três últimos anos apresentou viés de aumentos e quedas, reflexo da menor geração de receitas, frente ao aumento do volume das operações de crédito.

Houve um Retorno Médio das Operações de Crédito, ou seja, para cada R\$ 1,00 proveniente das operações de crédito, em 2017, obteve R\$ 0,30 centavos de receitas financeiras.

4.4.8 Lucratividade dos Ativos

Este indicador mede a relação entre as receitas de intermediação financeira e o total dos ativos do banco. Em outras palavras, é a porcentagem do total investido no banco que gerou as receitas financeiras.

Quadro 4915 - Lucratividade dos Ativos.

ANO	2017	2016	2015	2014
Lucratividade dos Ativos	0,10	0,11	0,12	0,10
<u>Receitas de Intermediação</u>	147.494.988	160.212.631	163.594.126	125.023.816
Ativo Total	1.503.503.484	1.427.084.224	1.359.172.441	1.208.701.675

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quanto ao índice Lucratividade dos Ativos, a média indica que para cada R\$ 1,00 de ativo, o banco gera R\$ 0,10 de vendas na intermediação financeira.

4.4.9 Juros Passivos

Quadro 50 - Juros Passivos.

ANO	2017	2016	2015	2014
Juros Passivos	0,05	0,06	0,08	0,06
<u>Despesa de Intermediação Financeira</u>	82.570.681	85.878.777	113.853.167	73.137.167
Passivo Total	1.503.503.484	1.427.084.224	1.359.172.441	1.208.701.675

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O Índice Juros Passivos apresentou queda, de 0,06, em 2014, para 0,05, em 2017, o que foi positivo, pois quanto menor este índice, melhor.

4.5 Comparativo entre os indicadores – Antes e depois da crise

Os índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, de acordo com Assaf Neto (2012), com suas fórmulas e, interpretações das análises financeiras e Silva (2017), com suas fórmulas e interpretações de forma de análise econômica, mostrou um resultado que a autora

buscava. Foram analisados os anos antes da crise, como 2014 e 2015 e, depois da crise os anos 2016 e 2017.

De acordo com a proposta apresentada nos objetivos específicos do presente trabalho, neste tópico são apresentados, de forma resumida, os principais pontos avaliados neste estudo de caso.

Com base nos indicadores determinados da instituição financeira delimitado, evidencia-se que a mesma apresentou, no período analisado, um decréscimo de forma contínua, com variações em suas contas, ora para mais, ora para menos. Mesmo que o objetivo principal dessa instituição financeira, de capital aberto e privado, seja a obtenção de lucros, pode-se observar, que a crise impactou seus índices.

Tabela 1 - Comparativo de Liquidez.

<i>LIQUIDEZ</i>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Encaixe Involuntário	0,27	0,30	0,30	0,36
Liquidez Imediata	4,19	4,96	4,89	5,06
Liquidez Corrente	1,37	1,34	1,34	1,32
Índice Empréstimos/Depósitos	0,90	0,98	1,03	1,04
Capital de Giro Próprio	-286.881	-307.844	-304.254	-254.199
Participação dos Empréstimos	0,16	0,17	0,18	0,20

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A saúde financeira de um banco em determinado momento, pode ser avaliada pela capacidade de cobertura das exigibilidades de curto e de longo prazo, assim os indicadores de liquidez avaliam de quanto a empresa dispõe, nos seus ativos, para fazer face às obrigações assumidas e estão registradas no passivo.

Verifica-se assim, na avaliação de desempenho, no critério de Liquidez, que a conta de Encaixe Involuntário teve uma queda, pois no período de crise, indica uma redução na capacidade financeira imediata do banco em cobrir eventuais saques contra depósitos à vista.

A Liquidez Imediata também apresentou redução no período, de forma similar ao Encaixe Involuntário, ao avaliar a capacidade do banco em cobrir integralmente os Depósitos à Vista e parte dos a prazo através de suas disponibilidades. Desta forma, de acordo com Assaf Neto (2012), estes índices pioraram, pois quanto maiores, melhor.

Na análise do índice Empréstimos/Depósitos, observa-se uma redução de 2014, para 2016. O índice de Participação dos Empréstimos também apresentou redução, saindo de 0,20, em 2014, para 0,16, em 2017. Esse indicador demonstra o percentual do ativo total do banco que se encontra aplicado em operações de créditos. Assim, de acordo com Assaf Neto (2012), estes índices melhoram, pois quanto menores, melhor.

E por fim, o indicador de Capital de Giro Próprio em relação a 2015 sem crise, teve um aumento, em 2017, no período de crise. Mostrou melhoras mesmo com efeito negativo, porque a instituição financeira trabalha totalmente com recursos de terceiros. Teve esse aumento indicando que, os recursos próprios da instituição encontram-se mais financiados às operações ativas.

Ainda com o agravamento da economia, em 2015, a empresa manteve seu destaque no mercado, tendo seu lucro anual, com 15,4%, a mais que o ano anterior, em 2014 (EXAME, 2015).

Tabela 2 - Comparativo do Endividamento.

<i>ENDIVIDAMENTO</i>	<i>2017</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>
Independência Financeira	0,084	0,081	0,078	0,079
Relação Capital/Depositantes	0,46	0,46	0,46	0,42
Imobilização do Capital Próprio	0,22	0,23	0,18	0,21

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No período investigado, o banco apresentou redução na dependência de capital de terceiros, aumentando a participação do Capital Próprio, na estrutura de capital total. O índice de independência financeira passou de 0,079, em 2014, para 0,084, em 2017, que é o comprometimento do Capital Próprio da Instituição, em relação ao Ativo Total administrado, e teve esse leve aumento em 2017 porque houve aumento no patrimônio líquido e no ativo total nos últimos anos.

O índice Relação Capital/Depositantes aumentou de 0,42, em 2014, para 0,46, em 2017, pois houve maior captação de depósitos em 2017, em relação aos outros anos, juntamente com o aumento do patrimônio líquido. Desta forma, de acordo com Assaf Neto (2012), estes índices melhoraram, pois quanto maiores, melhor.

O índice de Imobilização do Capital Próprio apresentou aumento, saindo de 0,21, em 2014 para 0,22 em 2017. Assim, de acordo com Assaf Neto (2012), este índice piorou, pois quanto menor, melhor. Ressalta-se que as rubricas que mais impactaram o Ativo Permanente

do banco foram as contas Investimentos e Intangível, que apresentaram elevação. Já a conta Ativo Imobilizado apresentou queda durante o período analisado.

Tabela 3 - Comparativo dos indicadores.

RENTABILIDADE	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Retorno/Rentabilidade sobre o Investimento	439%	438%	593%	574%
Rentabilidade ou Retorno do Ativo	1,59%	1,52%	1,72%	1,67%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	18,88%	18,72%	21,94%	21,12%
Giro do Capital Próprio	1,16	1,39	1,54	1,30
Margem Financeira	0,03	0,04	0,02	0,03
Custo Médio de Captação	0,75	0,95	1,54	1,25
Retorno Médio das Operações de Crédito	0,30	0,32	0,33	0,28
Lucratividade dos Ativos	0,10	0,11	0,12	0,10
Juros Passivos	0,05	0,06	0,08	0,06

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

E por último e mais importante, o Indicador de Rentabilidade. Em primeiro lugar, podemos analisar o indicador do Retorno de Investimento que, mesmo acima de 100%, em todos os anos do período analisado, mostrou que os Retornos dos Investimentos superaram os custos sendo considerado um lucro, mesmo havendo uma redução ao longo dos anos.

Os Indicadores de Rentabilidade do Ativo e do Patrimônio Líquido por mais que tenham diminuído ao longo dos anos, encontra-se em situação favorável.

No período investigado, o banco apresentou leves alterações no Índice de Margem Financeira com destaque para 2014, que foi de 0,02 e, 2015, que foi de 0,04. A média do índice foi de 0,03, indicando que para cada R\$ 1,00 de ativo o banco, obtém R\$ 0,03 de Resultado Bruto da Intermediação Financeira. O mesmo fato, pode ser observado no índice lucratividade dos ativos, que na média indica que está bom. Quanto ao Custo Médio de Captação, este reduziu de 2014 para 2017 e esta redução foi positiva, pois quanto menor este índice, melhor.

O índice de Retorno Médio das Operações de Crédito apresentou melhora no período analisado, saindo de 0,28, em 2014, para 0,30, em 2017, embora nos três últimos anos apresentasse viés de queda, reflexo da menor geração de receitas, frente ao aumento do volume das operações de crédito. Já o Índice Juros Passivos apresentou queda, de 2014 para 2017, na interpretação foi positivo. Semelhante ao Custo Médio de Captação, a redução do índice foi positiva, pois quanto menor este índice, melhor.

4.6 Síntese da Análise Econômica e Financeira

Os indicadores econômicos e financeiros, de um modo geral, da instituição financeira analisada, mostraram uma leve queda, principalmente nos anos de 2016 e 2017. Constatando que foi justamente no período da crise econômica financeira no Brasil.

Com relação às contas do Ativo, que evidenciam onde são aplicados os recursos, pode-se verificar através da Análise Horizontal, que houve uma queda de forma contínua, ocorrendo o mesmo com as contas do Passivo e do Patrimônio Líquido, ou seja, as origens de recursos. Na Análise Horizontal das Demonstrações de Resultado do Exercício, a conta Lucro Líquido também mostrou uma queda de forma contínua de 2015 a 2017, apresentando resultados menores, mas não deixando de ser satisfatórios.

Os índices de Liquidez, de forma geral, foram positivos e apesar de alguns indicadores estarem abaixo dos parâmetros, a maioria apresentou estrutura financeira para honrar com todos seus compromissos, evidenciando uma gestão eficiente do negócio. Outro indicador positivo foi o do Índice de Endividamento, que demonstrou no período analisado um leve aumento em cada índice, elevando assim sua solidez.

Em relação à Rentabilidade, os indicadores mostraram, uma queda também contínua nos anos de 2014 a 2017, mas esta diminuição não prejudicou seu resultado final, pois ainda se encontra em situação favorável, podendo assim, garantir a continuidade de suas atividades.

As técnicas de análise de demonstrações contábeis demonstraram que são ferramentas indispensáveis para a gestão financeira das organizações e também para as instituições financeiras, pois auxilia na gestão e no controle dos negócios, apresentando a evolução dos seus resultados.

Pode-se concluir que a entidade está bem estruturada e apresenta bons resultados financeiros (lucros) e econômicos positivos, independente da crise econômica financeira.

5 CONCLUSÃO

As demonstrações contábeis têm como objetivo principal oferecer aos seus usuários, uma gama de dados que poderão ser transformados em informações, para serem usadas de acordo com a necessidade de cada instituição financeira ou cada entidade. Para atender a todos os usuários da contabilidade são obrigatórios alguns demonstrativos, como o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, entre outros também importantes, que evidenciam, de forma sintética, as informações econômicas e financeiras dos patrimônios das entidades, de forma geral.

A análise contábil é uma ferramenta extremamente importante para qualquer tipo de empresa, pois diante de um cenário tão competitivo, no qual elas se encontram, faz-se necessário que os gestores das empresas as conheçam, como também é importante que os mesmos saibam extrair as informações, a fim de solucionar problemas no decorrer das atividades de uma organização.

O trabalho do profissional contábil em sua área de atuação nas organizações é bastante amplo e importante, é através dele que se pode realizar uma boa análise dos balanços e das demonstrações contábeis, permitindo assim avaliar a evolução do ativo e passivo, das receitas, despesas e custos, e até mesmo da lucratividade e da rentabilidade.

Com a competitividade no mercado, exige-se que o profissional contábil desenvolva competências para enfrentá-la. O cenário atual que se instalou no Brasil, a partir da crise econômica financeira, e que se tornou mais grave nos últimos dois anos (2017 e 2016), faz com que as organizações procurem meios de sair à frente dos concorrentes, utilizando as análises contábeis como meio de obter resultados e, a partir deles, perceber se houve uma melhora ou queda no correr dos anos.

Sendo assim, a proposta deste trabalho foi apresentar e analisar por meio da elaboração de uma análise das demonstrações contábeis fornecidas por uma instituição financeira de capital aberto, com dados extraídos do site da BM&F Bovespa, para a elaboração do estudo de caso, sendo a mesma e obrigada a publicar seus balanços. Foram alcançados os objetivos específicos por meio de embasamento teórico, evidenciando tudo sobre a contabilidade e o que a crise pode impactar nas demonstrações contábeis, entre outros assuntos importantes para o tema.

A questão problema da pesquisa foi: Qual o impacto da na situação econômica financeira de uma instituição com base na análise fundamentalista?

Concluiu-se que, a partir da análise fundamentalista dos últimos quatro anos analisados, sendo eles 2017, 2016, 2015 e 2014, apresentou uma leve queda em alguns indicadores observados em dois anos de crise (2017 e 2016), principais e mais afetados indicadores foram: Liquidez Imediata, Encaixe Involuntário e Imobilização do Capital Próprio.

Conclui-se também que no contexto geral, nenhum indicador ficou com efeito negativo, deixando claro que a crise não afetou a instituição financeira. O seu Lucro Líquido na Demonstração do Resultado do Exercício em 2014, ano em que a crise ainda não afetava, era de 20 bilhões de reais, passando em 2017, no período de recessão econômica, para 23 milhões, apresentando capacidade em gerar resultados conforme os dados do indicador de retorno sobre os investimentos e retorno sobre o patrimônio líquido.

Pode-se concluir que a instituição financeira analisada apresenta bons Índices de Liquidez, mostrando que existe capacidade para o cumprimento de seus compromissos (dívidas) a serem liquidadas a curto prazo. Ocorre uma boa margem no Indicador de Endividamento, sendo o Indicador de Independência Financeira, quanto maior, melhor e o de Imobilização em Capital de Terceiros, quanto menor, melhor. Todos apresentaram seus respectivos resultados positivos quanto à interpretação.

Quanto a análise financeira do Indicador de Rentabilidade, retrata a capacidade econômica da instituição, avaliando seu desempenho obtido pelo capital investido, através das contas de resultado. Sendo o mais importante desse indicador, o de Rentabilidade do Patrimônio Líquido, que por mais que tenha tido uma leve queda em relação aos anos anteriores, mostra-se positivo revelando que os proprietários e sócios da instituição estão recebendo o rendimento do valor investido na empresa.

Desta forma, com presente estudo, fica evidente a importância e a relevância da contabilidade, dentro das organizações, pois é ela quem dá o embasamento teórico e possibilita análises de seus resultados, para ir em busca da melhor estratégia, a fim de tentar impedir que as crises sejam uma barreira e possibilitem alavancar seus negócios cada vez mais. Ainda se fala muito sobre crise, e não há perspectiva de que seu fim esteja próximo.

Sugere-se que a instituição continue fazendo novos estudos nos próximos anos, para que se perceba, se a longo prazo, a instituição sinalizará os impactos da crise nos resultados, e se permanecerá lutando contra seus efeitos, ou se a crise estancou.

Sugere-se também um estudo com outras instituições do ramo público, como as estatais, para ver se as mesmas estão sendo afetadas pela crise econômica e financeira brasileira.

Dentre as limitações da pesquisa, cita-se o uso de apenas uma instituição, financeira para a análise. Para resultados mais significativos, sugere-se a realização de estudos comparando os resultados com os de outras instituições a fim de obter diagnósticos mais específicos.

Enfim, este trabalho proporcionou um maior conhecimento na área financeira para a autora. Evidenciou que as técnicas de análise de balanços são excelentes ferramentas para diagnosticar financeira e economicamente a saúde das organizações, informando aos gestores um conhecimento administrativo e gerencial maior para auxiliar no crescimento da entidade.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre **Mercado financeiro** – 13. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BACEN. **RESOLUÇÃO Nº 2.682**. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação Duvidosa. Brasília, 1999. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/44961/Res_2682_v1_O.pdf>, Acesso em 29 out. 2018.

BRASIL. **LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, 2007. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>, Acesso em 31 out. 2018.

BRASIL. **Código de Civil (2003)**. Disponível em: Acesso em: 07 de setembro de 2018.

BRUNI, Adriano Leal. **A Análise contábil e financeira**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade/Conselho Federal de Contabilidade**. 3 ed. Brasília: CFC, 2008

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 26 (R1)** - Apresentação das Demonstrações Contábeis (tópico 9). 2011. Disponível em:
<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>> Acesso em 31 out. 2018.

CHAGAS, Gilson. **Contabilidade Geral Simplificada**. 3º Edição. Ed. Saraiva. 2015

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão financeira: uma abordagem introdutória**. 3. ed. – Barueri, SP : Manole, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Mercado De Valores Mobiliários Brasileiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://investidor.cvm.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/LivroTOP-CVM.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018

COSTA, Luiz Guilherme Tinoco Aboim; LIMEIRA, Andréia Fátima Fernandes; GONÇALVES, Hiram de Melo; CARVALHO, Ueliton Tarcisio de. **Análise econômico-financeira de empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

EXAME, REVISTA. **Brasil fecha 2015 com aumento no desemprego, segundo Pnad**. 2016. Disponível em < <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-fecha-2015-com-aumento-no-desemprego-segundo-pnad/>> Acesso em 31 out. 2018.

EXAME, REVISTA. **Lucro líquido do Itaú em 2015 chega a R\$ 23,35 bilhões**. 2016. Disponível em < <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-fecha-2015-com-aumento-no-desemprego-segundo-pnad/>> Acesso em 31 out. 2018.

FEBRABAN. **Sistema Financeiro Nacional**. 2009. Disponível em: <http://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/modulo1_sist_financ_nacional.pdf>. Acesso em: 30 de ago. 2018.

FILGUEIRAS, CLAUDIO Pacheco, Moreira, - **Manual de contabilidade Bancária** – 2 edição – Rio de Janeiro; Elsevier, 2008.

FREITAS, M. C. P. D. **Os Efeitos da Crise Global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito**. Estudos Avançados v. 23. 2009.

Fosberg, R. (2012),” **Capital structure and the financial crisis**”, Journal of Finance and Accountancy, Vol.11, pp. 46-52.

FREZATTI, Fábio. Welington Rocha, Artur Roberto do Nascimento, Emanuel Junqueira. **Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico** / Fábio Frezatti... [et al.]. – São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

HERMANN, J. “**Da Liberalização a Crise Financeira Norte-Americana: A Morte Anunciada Chega ao Paraíso**”. In: Associação Keynesiana Brasileira. Dossiê da Crise. 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb>>. Acesso em 25 nov 2018.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas->

novoportais/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?edicao=17949&t=sobre>
. Acesso em 05 set 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de Balanços**. 11 edição – São Paulo: Atlas, 2017

IUDÍCIBUS, Sérgio. de. **Teoria da Contabilidade**. 11ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sergio. De. **Análise de balanços**. 10ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2017

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LINS, Luiz dos Santos. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis: uma abordagem interativa** / Luiz dos Santos Lins, José Francisco Filho. -- São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

MARION, José Carlos; REIS, Arnaldo – coordenadores. **Mudanças nas demonstrações Contábeis**. 1ª Edição. Ed. Saraiva, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, EVANDIR, **Administração financeira: uma abordagem brasileira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MENESES, MARIANO, Anderson, Fabricio **Série Prova & Concursos - Mercado financeiro**. – 2. Edição. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MICHEL, Maria Helena **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa**: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo : Cengage Learning, 2012.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico financeiro. 9º Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

NEWLANDS Junior, Carlos Arthur. **1959 - Sistema financeiro e bancário**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

NINIO, Marcelo. **Situação econômica do Brasil é muito preocupante**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1760876-situacao-economica-do-brasil-e-muito-preocupante-diz-diretora-do-fmi.shtml>> Acesso em 19 ago 2018.

NIYAMA, GOMES. Jorge Katsumi, Amaro L. Oliveira – **Contabilidade de instituições Financeiras** – 4 Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

NIYAMA, J. K. **Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de Bancos demais Instituições Financeiras**: principais alterações introduzidas pelo Conselho Monetário Nacional e o efeito nas demonstrações contábeis. Con Texto Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Contabilidade, Porto Alegre - RS, v. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/necon/pclld.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

NIYAMA, Jorge Katsumi – Contabilidade de instituições financeiras / Amaro L. Oliveira Gomes, Jorge Katsumi Niyama. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica**. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PASSOS, Q.C. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas**. 2010. 29 f. Trabalho de conclusão de graduação (Ciências Contábeis) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2010.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez **Elaboração e análise das demonstrações financeiras** / José Hernandez Perez Junior, Glaucos Antonio Begalli. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade intermediária**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SALOMÃO, Karin. **Com a crise essas 9 empresas fecharam as portas recentemente.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/com-a-crise-essas-9-empresas-fecharam-fabricas-recentemente/#10>>. Acesso em 19 ago 2018.

SANVICENTE, A. Z.; MELLAGI FILHO, A. **Mercado de capitais e estratégias de investimento.** São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Alexandre Alcântara. da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis.** 5ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2017.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf>. Acesso em: 07 de set de 2018.

VEJA, REVISTA. **Desemprego atingiu quase 4 milhões de pessoas a mais em 2015.** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/desemprego-atingiu-quase-4-milhoes-de-pessoas-a-mais-em-2015/>> Acesso em 05 set 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 11ª ed. São Paulo: Atlas 2009.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Analise Horizontal e Vertical das contas do Ativo do Balanço Patrimonial da instituição financeira analisada.....	86
ANEXO B - Analise Horizontal e Vertical das contas do Passivo do Balanço Patrimonial da instituição financeira analisada.....	88
ANEXO C - Analise Horizontal e Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício da instituição financeira analisada.....	90

ANEXO A – Análise Horizontal e Vertical das contas do Ativo do Balanço Patrimonial da instituição financeira analisada.

Ativo (Em Milhares de Reais)												
	2017	AV	AH	2016	AV	AH	2015	AV	AH	2014	AV	AH
Circulante	1.089.698.982	72,48%	8,57%	1.003.649.930	70,33%	5,82%	948.456.300	69,78%	10,46%	858.654.710	71,04%	100,00%
Disponibilidades	18.749.350	1,25%	1,12%	18.541.972	1,30%	-0,01%	18.544.382	1,36%	5,80%	17.527.249	1,45%	100,00%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	270.045.399	17,96%	-5,09%	284.538.189	19,94%	1,55%	280.199.949	20,62%	22,42%	228.886.899	18,94%	100,00%
Aplicações no Mercado Aberto	238.752.482	15,88%	-8,03%	259.589.926	18,19%	4,91%	247.445.766	18,21%	21,14%	204.258.864	16,90%	100,00%
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	3.257.326	0,22%	-5,51%	3.447.330	0,24%	15,27%	2.990.703	0,22%	19,80%	2.496.426	0,21%	100,00%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.035.591	1,86%	30,39%	21.500.933	1,51%	-27,76%	29.763.480	2,19%	34,48%	22.131.609	1,83%	100,00%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	333.777.929	22,20%	26,39%	264.095.295	18,51%	18,63%	222.630.200	16,38%	8,92%	204.403.117	16,91%	100,00%
Carteira Própria	97.744.768	6,50%	41,24%	69.206.274	4,85%	13,62%	60.910.005	4,48%	62,45%	37.495.296	3,10%	100,00%
Vinculados a Compromissos de Recompra	33.401.902	2,22%	79,50%	18.608.226	1,30%	87,34%	9.933.108	0,73%	-75,98%	41.347.429	3,42%	100,00%
Vinculados a Prestação de Garantias	11.354.597	0,76%	50,39%	7.549.852	0,53%	20,40%	6.270.523	0,46%	185,55%	2.195.950	0,18%	100,00%
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	1.745.202	0,12%	-76,48%	7.419.769	0,52%	106,12%	3.599.774	0,26%	1048,33%	313.479	0,03%	100,00%
Vinculados ao Banco Central	3.386.777	0,23%	-	-	-	-	3.653.086	0,27%	-60,75%	9.306.822	0,77%	100,00%
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.149.331	0,87%	-7,64%	14.236.853	1,00%	-9,61%	15.749.607	1,16%	62,28%	9.705.135	0,80%	100,00%
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Cotas de Fundos de PGBL / VGBL	169.177.514	11,25%	19,07%	142.080.715	9,96%	21,30%	117.128.328	8,62%	20,52%	97.183.898	8,04%	100,00%
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Outros Títulos	3.817.838	0,25%	-23,55%	4.993.606	0,35%	-7,28%	5.385.769	0,40%	-21,43%	6.855.108	0,57%	100,00%
Relações Interfinanceiras	132.523.704	8,81%	16,94%	113.326.416	7,94%	69,67%	66.791.013	4,91%	5,51%	63.304.170	5,24%	100,00%
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	33.103.755	2,20%	20,59%	27.451.574	1,92%	13281,61%	205.144	0,02%	25,56%	163.380	0,01%	100,00%
Depósitos no Banco Central	98.836.941	6,57%	15,33%	85.700.462	6,01%	28,76%	66.555.999	4,90%	5,47%	63.106.314	5,22%	100,00%
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	8.491	0,00%	32,42%	6.412	0,00%	671,60%	831	0,00%	-61,93%	2.183	0,00%	100,00%
Correspondentes	34.779	0,00%	8,31%	32.111	0,00%	10,58%	29.039	0,00%	-10,08%	32.293	0,00%	100,00%
Repasse Interfinanceiros	539.738	0,04%	297,28%	135.857	0,01%	-	-	-	-	-	-	100,00%
Relações Interdependências	123.946	0,01%	1559,27%	7.497	0,00%	-76,10%	31.367	0,00%	26,87%	24.723	0,00%	100,00%
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	245.048.364	16,30%	0,33%	244.240.815	17,11%	2,04%	239.365.642	17,61%	0,75%	237.592.277	19,66%	100,00%
Operações com Características de Concessão de Crédito	261.103.526	17,37%	0,40%	260.066.448	18,22%	1,97%	255.053.588	18,77%	1,01%	252.512.538	20,89%	100,00%
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(16.055.162)	-1,07%	1,45%	(15.825.633)	-1,11%	0,88%	(15.687.946)	-1,15%	5,15%	(14.920.261)	-1,23%	100,00%
Outros Créditos	86.969.324	5,78%	13,75%	76.455.618	5,36%	-35,33%	118.221.907	8,70%	14,98%	102.821.919	8,51%	100,00%
Carteira de Câmbio	35.086.221	2,33%	17,35%	29.899.299	2,10%	-44,80%	54.167.026	3,99%	39,07%	38.948.083	3,22%	100,00%
Rendas a Receber	2.866.925	0,19%	13,30%	2.530.307	0,18%	1,63%	2.489.756	0,18%	0,20%	2.484.824	0,21%	100,00%
Operações com Emissores de Cartão de Crédito	-	-	-	-	-	-	25.847.033	1,90%	3,76%	24.909.861	2,06%	100,00%
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros	1.224.588	0,08%	-6,21%	1.305.648	0,09%	-4,49%	1.366.962	0,10%	-1,52%	1.388.022	0,11%	100,00%
Negociação e Intermediação de Valores	5.830.585	0,39%	-13,88%	6.770.077	0,47%	-10,33%	7.550.368	0,56%	90,47%	3.963.971	0,33%	100,00%
Créditos Tributários	28.722.584	1,91%	20,44%	23.848.435	1,67%	43,47%	16.622.721	1,22%	24,33%	13.369.948	1,11%	100,00%
Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários	1.520.071	0,10%	-28,23%	2.117.861	0,15%	-0,58%	2.130.165	0,16%	0,08%	2.128.452	0,18%	100,00%
Diversos	11.718.350	0,78%	17,37%	9.983.991	0,70%	24,06%	8.047.876	0,59%	-48,51%	15.628.758	1,29%	100,00%
Outros Valores e Bens	2.460.966	0,16%	0,69%	2.444.128	0,17%	-8,52%	2.671.840	0,20%	-34,74%	4.094.356	0,34%	100,00%
Bens Não Destinados a Uso	1.260.614	0,08%	55,70%	809.630	0,06%	44,31%	561.036	0,04%	111,98%	264.667	0,02%	100,00%

(Provisões para Desvalorizações)	(524.477)	-0,03%	193,54%	(178.675)	-0,01%	136,85%	(75.439)	-0,01%	9,94%	(68.616)	-0,01%	100,00%
Prêmios Não Ganhos de Resseguros	4.848	0,00%	-71,38%	16.937	0,00%	-35,49%	26.253	0,00%	219,07%	8.228	0,00%	100,00%
Despesas Antecipadas	1.719.981	0,11%	-4,25%	1.796.236	0,13%	-16,84%	2.159.990	0,16%	-44,47%	3.890.077	0,32%	100,00%
Realizável Longo Prazo	385.518.078	25,64%	-2,76%	396.446.877	27,78%	1,13%	392.027.199	28,84%	18,75%	330.124.066	27,31%	100,00%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.208.747	0,08%	-19,43%	1.500.187	0,11%	101,72%	743.690	0,05%	-21,01%	941.441	0,08%	100,00%
Aplicações no Mercado Aberto	195.861	0,01%	-24,93%	260.910	0,02%	-	-	-	-	12	0,00%	100,00%
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	-	-	-	49.868	0,00%	-	-	-	-	-	-	100,00%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.012.886	0,07%	-14,84%	1.189.409	0,08%	59,93%	743.690	0,05%	-21,00%	941.429	0,08%	100,00%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	111.972.591	7,45%	-0,73%	112.791.428	7,90%	-2,57%	115.761.015	8,52%	21,57%	95.223.407	7,88%	100,00%
Carteira Própria	56.771.744	3,78%	-7,66%	61.480.022	4,31%	-7,88%	66.742.574	4,91%	13,32%	58.896.509	4,87%	100,00%
Vinculados a Compromissos de Recompra	17.208.562	1,14%	38,40%	12.433.937	0,87%	308,26%	390.114	0,03%	-98,20%	21.631.443	1,79%	100,00%
Vinculados a Prestação de Garantias	6.580.660	0,44%	27,80%	5.149.342	0,36%	6,40%	4.839.777	0,36%	517,60%	783.644	0,06%	100,00%
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	13.169.009	0,88%	2,37%	12.863.925	0,90%	-46,92%	24.234.440	1,78%	605,85%	3.433.377	0,28%	100,00%
Vinculados ao Banco Central	698.010	0,05%	-84,33%	4.454.448	0,31%	102,24%	2.202.583	0,16%	-	-	-	100,00%
Instrumentos Financeiros Derivativos	9.532.003	0,63%	-6,12%	10.153.442	0,71%	-8,65%	11.115.091	0,82%	97,43%	5.629.776	0,47%	100,00%
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Outros Títulos	8.012.603	0,53%	28,07%	6.256.312	0,44%	0,32%	6.236.436	0,46%	28,62%	4.848.658	0,40%	100,00%
Relações Interfinanceiras - SFH - Sistema Financeiro da Habitação	104.723	0,01%	-55,30%	234.295	0,02%	-57,42%	550.184	0,04%	14,45%	480.726	0,04%	100,00%
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	213.187.027	14,18%	1,04%	210.998.505	14,79%	5,30%	200.385.649	14,74%	7,03%	187.220.067	15,49%	100,00%
Operações com Características de Concessão de Crédito	232.491.686	15,46%	0,58%	231.158.529	16,20%	5,66%	218.775.911	16,10%	9,80%	199.247.792	16,48%	100,00%
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(19.304.659)	-1,28%	-4,24%	(20.160.024)	-1,41%	9,62%	(18.390.262)	-1,35%	52,90%	(12.027.725)	-1,00%	100,00%
Outros Créditos	58.398.347	3,88%	-16,85%	70.235.022	4,92%	-4,54%	73.574.889	5,41%	60,56%	45.824.783	3,79%	100,00%
Carteira de Câmbio	16.568.458	1,10%	-23,80%	21.742.524	1,52%	47,48%	14.742.316	1,08%	328,03%	3.444.225	0,28%	100,00%
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros	9.885	0,00%	-30,42%	14.207	0,00%	-	-	-	-	-	-	100,00%
Créditos Tributários	22.248.795	1,48%	-26,35%	30.209.189	2,12%	-25,15%	40.360.894	2,97%	63,32%	24.712.181	2,04%	100,00%
Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários	11.892.128	0,79%	6,72%	11.143.678	0,78%	6,11%	10.502.497	0,77%	-8,50%	11.478.246	0,95%	100,00%
Diversos	7.679.081	0,51%	7,77%	7.125.424	0,50%	-10,59%	7.969.182	0,59%	28,74%	6.190.131	0,51%	100,00%
Outros Valores e Bens	646.643	0,04%	-5,93%	687.440	0,05%	-32,06%	1.011.772	0,07%	133,32%	433.642	0,04%	100,00%
Prêmios Não Ganhos de Resseguros	3.975	0,00%	-	-	-	-	5	0,00%	-	-	-	100,00%
Despesas Antecipadas	642.668	0,04%	-6,51%	687.440	0,05%	-32,06%	1.011.767	0,07%	133,32%	433.642	0,04%	100,00%
Permanente	28.286.424	1,88%	4,81%	26.987.417	1,89%	44,40%	18.688.942	1,38%	-6,19%	19.922.899	1,65%	100,00%
Investimentos	5.458.802	0,36%	10,43%	4.943.071	0,35%	25,50%	3.938.692	0,29%	11,71%	3.525.861	0,29%	100,00%
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	5.153.969	0,34%	16,33%	4.430.622	0,31%	26,57%	3.500.615	0,26%	12,97%	3.098.591	0,26%	100,00%
Outros Investimentos	513.659	0,03%	-28,78%	721.273	0,05%	11,48%	646.991	0,05%	1,70%	636.155	0,05%	100,00%
(Provisão para Perdas)	(208.826)	-0,01%	0,00%	(208.824)	-0,01%	-0,04%	(208.914)	-0,02%	0,01%	(208.885)	-0,02%	100,00%
Imobilizado de Uso	6.394.948	0,43%	-6,12%	6.811.509	0,48%	-3,46%	7.055.331	0,52%	-6,69%	7.560.821	0,63%	100,00%
Imóveis de Uso	4.303.629	0,29%	0,69%	4.274.314	0,30%	2,55%	4.168.061	0,31%	-7,80%	4.520.797	0,37%	100,00%
Outras Imobilizações de Uso	13.051.144	0,87%	4,34%	12.508.606	0,88%	5,69%	11.835.330	0,87%	2,68%	11.526.073	0,95%	100,00%
(Depreciações Acumuladas)	(10.959.825)	-0,73%	9,91%	(9.971.411)	-0,70%	11,44%	(8.948.060)	-0,66%	5,44%	(8.486.049)	-0,70%	100,00%
Ágio	1.451.809	0,10%	3,86%	1.397.867	0,10%	502,75%	231.915	0,02%	13,73%	203.919	0,02%	100,00%
Intangível	14.980.865	1,00%	8,28%	13.834.970	0,97%	85,38%	7.463.004	0,55%	-13,55%	8.632.298	0,71%	100,00%
Direitos Por Aquisição Folhas de Pagamento	1.059.890	0,07%	1,42%	1.045.006	0,07%	4,45%	1.000.524	0,07%	-5,47%	1.058.465	0,09%	100,00%
Outros Ativos Intangíveis	20.961.019	1,39%	19,92%	17.478.594	1,22%	80,07%	9.706.684	0,71%	-1,78%	9.882.971	0,82%	100,00%
(Amortização Acumulada)	(7.040.044)	-0,47%	50,15%	(4.688.630)	-0,33%	44,52%	(3.244.204)	-0,24%	40,49%	(2.309.138)	-0,19%	100,00%
Total do Ativo	1.503.503.484	100,00%	5,35%	1.427.084.224	100,00%	5,00%	1.359.172.441	100,00%	12,45%	1.208.701.675	100,00%	100,00%

ANEXO B - Análise Horizontal e Vertical das contas do Passivo do Balanço Patrimonial da instituição financeira analisada.

	Passivo (Em Milhares de Reais)											
	2017	AV	AH	2016	AV	AH	2015	AV	AH	2014	AV	AH
Circulante	793.758.946	52,79%	5,81%	750.149.557	52,57%	6,15%	706.655.604	51,99%	8,70%	650.080.857	53,78%	100,00%
Depósitos	273.339.101	18,18%	9,77%	249.014.691	17,45%	7,05%	232.618.778	17,11%	1,61%	228.939.729	18,94%	100,00%
Depósitos a Vista	68.973.374	4,59%	12,83%	61.132.961	4,28%	0,07%	61.092.014	4,49%	25,36%	48.733.456	4,03%	100,00%
Depósitos de Poupança	119.980.208	7,98%	10,84%	108.250.051	7,59%	-2,76%	111.318.801	8,19%	-6,02%	118.449.430	9,80%	100,00%
Depósitos Interfinanceiros	1.664.631	0,11%	-55,23%	3.718.435	0,26%	-73,84%	14.213.853	1,05%	-23,67%	18.621.809	1,54%	100,00%
Depósitos a Prazo	82.718.297	5,50%	8,96%	75.913.244	5,32%	65,05%	45.994.110	3,38%	6,63%	43.135.034	3,57%	100,00%
Outros Depósitos	2.591	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00%
Captações no Mercado Aberto	252.083.864	16,77%	0,25%	251.443.677	17,62%	28,61%	195.509.298	14,38%	3,76%	188.423.431	15,59%	100,00%
Carteira Própria	82.203.557	5,47%	-8,03%	89.378.644	6,26%	116,41%	41.299.939	3,04%	-45,24%	75.413.506	6,24%	100,00%
Carteira de Terceiros	158.000.043	10,51%	12,08%	140.973.618	9,88%	8,79%	129.578.895	9,53%	16,66%	111.073.152	9,19%	100,00%
Carteira Livre Movimentação	11.880.264	0,79%	-43,67%	21.091.415	1,48%	-14,37%	24.630.464	1,81%	1171,73%	1.936.773	0,16%	100,00%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	48.437.013	3,22%	33,52%	36.278.088	2,54%	26,26%	28.733.305	2,11%	8,83%	26.401.512	2,18%	100,00%
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	34.842.544	2,32%	24,59%	27.965.728	1,96%	21,44%	23.028.617	1,69%	4,96%	21.940.555	1,82%	100,00%
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	11.831.551	0,79%	88,94%	6.262.058	0,44%	30,15%	4.811.425	0,35%	42,29%	3.381.311	0,28%	100,00%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	1.762.918	0,12%	-14,02%	2.050.302	0,14%	129,53%	893.263	0,07%	-17,26%	1.079.646	0,09%	100,00%
Relações Interfinanceiras	34.116.644	2,27%	28,89%	26.469.416	1,85%	4990,12%	520.016	0,04%	19,32%	435.832	0,04%	100,00%
Relações Interfinanceiras	34.116.644	2,27%	28,89%	26.469.416	1,85%	4990,12%	520.016	0,04%	19,32%	435.832	0,04%	100,00%
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	33.761.289	2,25%	28,44%	26.284.854	1,84%	11506,02%	226.476	0,02%	20,88%	187.361	0,02%	100,00%
Correspondentes	355.355	0,02%	92,54%	184.562	0,01%	-37,13%	293.540	0,02%	18,14%	248.471	0,02%	100,00%
Relações Interdependências	4.969.504	0,33%	-15,67%	5.893.044	0,41%	-8,01%	6.406.470	0,47%	32,79%	4.824.359	0,40%	100,00%
Recursos em Trânsito de Terceiros	4.947.961	0,33%	-8,79%	5.425.032	0,38%	-15,12%	6.391.476	0,47%	38,48%	4.615.431	0,38%	100,00%
Transferências Internas de Recursos	21.543	0,00%	-95,40%	468.012	0,03%	3021,33%	14.994	0,00%	-92,82%	208.928	0,02%	100,00%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	38.709.245	2,57%	-18,47%	47.480.309	3,33%	-17,76%	57.736.971	4,25%	22,78%	47.023.024	3,89%	100,00%
Empréstimos	30.718.378	2,04%	-19,74%	38.275.670	2,68%	-16,53%	45.853.016	3,37%	63,29%	28.081.222	2,32%	100,00%
Repasses	7.990.867	0,53%	-13,19%	9.204.639	0,64%	-22,55%	11.883.955	0,87%	-37,26%	18.941.802	1,57%	100,00%
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.102.103	0,87%	21,47%	10.786.722	0,76%	-25,64%	14.506.051	1,07%	85,57%	7.817.021	0,65%	100,00%
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	1.721.255	0,11%	-57,29%	4.029.837	0,28%	-47,06%	7.611.960	0,56%	13,97%	6.678.779	0,55%	100,00%
Outras Obrigações	127.280.217	8,47%	7,18%	118.753.773	8,32%	-27,15%	163.012.755	11,99%	16,82%	139.537.170	11,54%	100,00%
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	305.719	0,02%	10,15%	277.558	0,02%	16,11%	239.041	0,02%	5,77%	226.009	0,02%	100,00%
Carteira de Câmbio	35.309.779	2,35%	15,83%	30.485.328	2,14%	-44,92%	55.342.490	4,07%	39,27%	39.737.737	3,29%	100,00%
Sociais e Estatutárias	5.068.079	0,34%	-9,10%	5.575.671	0,39%	9,12%	5.109.874	0,38%	8,27%	4.719.480	0,39%	100,00%
Fiscais e Previdenciárias	7.494.228	0,50%	34,33%	5.578.990	0,39%	-7,19%	6.011.347	0,44%	-4,23%	6.276.657	0,52%	100,00%
Negociação e Intermediação de Valores	4.601.234	0,31%	-55,64%	10.372.023	0,73%	-5,36%	10.959.548	0,81%	52,47%	7.187.828	0,59%	100,00%
Operações com Cartões de Crédito	-	-	-	-	-	-	56.645.922	4,17%	-4,36%	59.226.366	4,90%	100,00%

Dívidas Subordinadas	12.498.741	0,83%	13,05%	11.055.748	0,77%	8,30%	10.208.125	0,75%	472,07%	1.784.407	0,15%	100,00%
Provisões para Passivos Contingentes	4.794.420	0,32%	8,65%	4.412.647	0,31%	23,15%	3.583.199	0,26%	15,53%	3.101.473	0,26%	100,00%
Diversas	57.208.017	3,80%	12,18%	50.995.808	3,57%	241,95%	14.913.209	1,10%	-13,68%	17.277.213	1,43%	100,00%
Exigível a Longo Prazo	568.373.734	37,80%	3,78%	547.673.346	38,38%	0,98%	542.339.451	39,90%	18,17%	458.935.661	37,97%	100,00%
Depósitos	129.598.806	8,62%	61,19%	80.399.303	5,63%	34,02%	59.991.640	4,41%	-8,87%	65.833.519	5,45%	100,00%
Depósitos Interfinanceiros	517.143	0,03%	1251,27%	38.271	0,00%	-94,79%	735.265	0,05%	46,10%	503.272	0,04%	100,00%
Depósitos a Prazo	129.081.663	8,59%	60,63%	80.361.032	5,63%	35,62%	59.256.375	4,36%	-9,30%	65.330.247	5,40%	100,00%
Captações no Mercado Aberto	71.826.142	4,78%	-37,32%	114.594.160	8,03%	-26,28%	155.444.814	11,44%	13,80%	136.589.676	11,30%	100,00%
Carteira Própria	27.178.185	1,81%	-62,97%	73.393.596	5,14%	-39,43%	121.170.524	8,92%	7,40%	112.819.297	9,33%	100,00%
Carteira Livre Movimentação	44.647.957	2,97%	8,37%	41.200.564	2,89%	20,21%	34.274.290	2,52%	44,19%	23.770.379	1,97%	100,00%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	59.144.011	3,93%	2,98%	57.432.754	4,02%	22,57%	46.857.049	3,45%	119,49%	21.348.192	1,77%	100,00%
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	26.474.085	1,76%	0,96%	26.221.530	1,84%	10,02%	23.834.408	1,75%	218,17%	7.491.121	0,62%	100,00%
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	30.045.568	2,00%	7,21%	28.024.772	1,96%	40,33%	19.970.930	1,47%	57,21%	12.703.599	1,05%	100,00%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	2.624.358	0,17%	-17,64%	3.186.452	0,22%	4,42%	3.051.711	0,22%	164,57%	1.153.472	0,10%	100,00%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	24.731.795	1,64%	-12,09%	28.133.622	1,97%	-39,96%	46.852.304	3,45%	12,21%	41.753.444	3,45%	100,00%
Empréstimos	8.541.383	0,57%	13,73%	7.510.440	0,53%	-62,32%	19.932.743	1,47%	28,89%	15.465.007	1,28%	100,00%
Repasses	16.190.412	1,08%	-21,49%	20.623.182	1,45%	-23,39%	26.919.561	1,98%	2,40%	26.288.437	2,17%	100,00%
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.350.513	0,89%	-4,12%	13.924.604	0,98%	-16,17%	16.609.638	1,22%	73,42%	9.577.451	0,79%	100,00%
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	182.025.607	12,11%	19,26%	152.625.822	10,69%	22,65%	124.441.300	9,16%	17,40%	105.996.419	8,77%	100,00%
Outras Obrigações	87.696.860	5,83%	-12,79%	100.563.081	7,05%	9,14%	92.142.706	6,78%	18,38%	77.836.960	6,44%	100,00%
Carteira de Câmbio	16.541.385	1,10%	-24,04%	21.776.177	1,53%	65,94%	13.123.310	0,97%	281,66%	3.438.509	0,28%	100,00%
Fiscais e Previdenciárias	17.682.257	1,18%	5,77%	16.716.929	1,17%	88,45%	8.870.575	0,65%	20,09%	7.386.438	0,61%	100,00%
Dívidas Subordinadas	36.048.767	2,40%	-22,25%	46.364.327	3,25%	-16,58%	55.576.439	4,09%	5,29%	52.784.528	4,37%	100,00%
Provisões para Passivos Contingentes	10.205.469	0,68%	-14,03%	11.870.972	0,83%	6,47%	11.149.709	0,82%	9,08%	10.221.476	0,85%	100,00%
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	4.148.367	0,28%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00%
Diversas	3.070.615	0,20%	-19,93%	3.834.676	0,27%	12,04%	3.422.673	0,25%	-14,56%	4.006.009	0,33%	100,00%
Resultados de Exercícios Futuros	2.433.470	0,16%	18,94%	2.045.943	0,14%	4,40%	1.959.711	0,14%	37,74%	1.422.717	0,12%	100,00%
Participações de Não Controladores	12.013.734	0,80%	3,34%	11.624.952	0,81%	562,30%	1.755.235	0,13%	-27,31%	2.414.727	0,20%	100,00%
Patrimônio Líquido	126.923.600	8,44%	9,80%	115.590.426	8,10%	8,57%	106.462.440	7,83%	11,07%	95.847.713	7,93%	100,00%
Capital Social	97.148.000	6,46%	0,00%	97.148.000	6,81%	14,09%	85.148.000	6,26%	13,53%	75.000.000	6,21%	100,00%
Reservas de Capital	1.733.611	0,12%	9,08%	1.589.343	0,11%	3,39%	1.537.219	0,11%	16,83%	1.315.744	0,11%	100,00%
Reservas de Lucros	33.371.254	2,22%	50,82%	22.126.215	1,55%	-12,72%	25.349.568	1,87%	19,51%	21.212.015	1,75%	100,00%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.586.498)	-0,17%	-23,72%	(3.390.779)	-0,24%	178,17%	(1.218.967)	-0,09%	246,13%	(352.166)	-0,03%	100,00%
(Ações em Tesouraria)	(2.742.767)	-0,18%	45,71%	(1.882.353)	-0,13%	-56,76%	(4.353.380)	-0,32%	227,84%	(1.327.880)	-0,11%	100,00%
Total do Passivo	1.503.503.484	100,00%	5,35%	1.427.084.224	100,00%	5,00%	1.359.172.441	100,00%	12,45%	1.208.701.675	100,00%	100,00%

ANEXO C - Análise Horizontal e Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício da instituição financeira analisada

Demonstração do Resultado Consolidado (Em Milhares de Reais)	2017	AV	AH	2016	AV	AH	2015	AV	AH	2014	AV	AH
Receitas da Intermediação Financeira	147.494.988	100,00%	-7,94%	160.212.631	100,00%	-2,07%	163.594.126	100,00%	30,85%	125.023.816	100,00%	100,00%
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	74.721.149	50,68%	-4,76%	78.456.495	48,97%	0,18%	78.318.939	47,87%	16,13%	67.439.225	53,94%	100,00%
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	49.700.617	33,70%	-7,08%	53.487.387	33,39%	-17,48%	64.820.019	39,62%	65,62%	39.137.237	31,30%	100,00%
Receitas Financeiras das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	15.277.709	10,36%	-18,11%	18.656.281	11,64%	38,89%	13.432.414	8,21%	35,91%	9.883.338	7,91%	100,00%
Resultado de Operações de Câmbio	644.682	0,44%	-76,09%	2.695.963	1,68%	110,28%	1.282.085	0,78%	-52,00%	2.671.245	2,14%	100,00%
Resultado das Aplicações Compulsórias	7.150.831	4,85%	3,39%	6.916.505	4,32%	20,48%	5.740.669	3,51%	-2,58%	5.892.771	4,71%	100,00%
Despesas da Intermediação Financeira	(82.570.681)	-55,98%	-3,85%	(85.878.777)	-53,60%	-24,57%	(113.853.167)	-69,59%	55,67%	(73.137.167)	-58,50%	100,00%
Operações de Captação no Mercado	(62.340.486)	-42,27%	-13,61%	(72.159.878)	-45,04%	1,86%	(70.841.576)	-43,30%	30,89%	(54.124.515)	-43,29%	100,00%
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	(14.918.112)	-10,11%	-16,14%	(17.789.954)	-11,10%	41,68%	(12.556.522)	-7,68%	39,72%	(8.987.140)	-7,19%	100,00%
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.312.083)	-3,60%	-230,48%	4.071.055	2,54%	-113,37%	(30.455.069)	-18,62%	203,78%	(10.025.512)	-8,02%	100,00%
Resultado da Intermediação Financeira Antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	64.924.307	44,02%	-12,66%	74.333.854	46,40%	49,44%	49.740.959	30,41%	-4,14%	51.886.649	41,50%	100,00%
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.048.252)	-10,20%	-30,28%	(21.582.437)	-13,47%	-3,77%	(22.427.019)	-13,71%	57,90%	(14.203.006)	-11,36%	100,00%
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.749.556)	-12,71%	-25,96%	(25.325.119)	-15,81%	-6,88%	(27.196.141)	-16,62%	41,27%	(19.251.619)	-15,40%	100,00%
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.701.304	2,51%	-1,11%	3.742.682	2,34%	-21,52%	4.769.122	2,92%	-5,54%	5.048.613	4,04%	100,00%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	49.876.055	33,82%	-5,45%	52.751.417	32,93%	93,13%	27.313.940	16,70%	-27,52%	37.683.643	30,14%	100,00%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(16.970.081)	-11,51%	0,33%	(16.914.343)	-10,56%	34,50%	(12.575.365)	-7,69%	8,83%	(11.555.313)	-9,24%	100,00%
Receitas de Prestação de Serviços	23.882.445	16,20%	5,68%	22.607.420	14,11%	7,58%	21.017.929	12,85%	9,78%	19.145.036	15,31%	100,00%
Rendas de Tarifas Bancárias	11.909.748	8,07%	12,14%	10.620.779	6,63%	8,41%	9.796.669	5,99%	13,98%	8.595.196	6,87%	100,00%
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	4.018.032	2,72%	-0,34%	4.031.682	2,52%	-3,26%	4.167.504	2,55%	8,70%	3.833.776	3,07%	100,00%
Despesas de Pessoal	(22.350.923)	-15,15%	4,34%	(21.420.469)	-13,37%	14,47%	(18.712.569)	-11,44%	13,80%	(16.443.317)	-13,15%	100,00%
Outras Despesas Administrativas	(18.479.728)	-12,53%	2,25%	(18.073.695)	-11,28%	6,51%	(16.968.559)	-10,37%	4,68%	(16.210.590)	-12,97%	100,00%
Despesas Tributárias	(7.035.918)	-4,77%	-11,81%	(7.977.872)	-4,98%	48,46%	(5.373.598)	-3,28%	5,63%	(5.087.378)	-4,07%	100,00%
Resultado de Participações em Colgadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos	626.993	0,43%	10,57%	567.061	0,35%	-12,27%	646.391	0,40%	6,00%	609.810	0,49%	100,00%
Outras Receitas Operacionais	1.177.256	0,80%	46,29%	804.738	0,50%	-13,50%	930.287	0,57%	66,98%	557.124	0,45%	100,00%
Outras Despesas Operacionais	(10.727.986)	-7,27%	32,87%	(8.073.987)	-5,04%	-0,07%	(8.079.419)	-4,94%	23,26%	(6.554.970)	-5,24%	100,00%
Resultado Operacional	32.905.974	22,31%	-8,18%	35.837.074	22,37%	143,15%	14.738.575	9,01%	-43,59%	26.128.330	20,90%	100,00%
Resultado não Operacional	-14.990	-0,01%	-112,35%	121.398	0,08%	9347,32%	1.285	0,00%	-99,88%	1.116.420	0,89%	100,00%
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	32.890.984	22,30%	-8,53%	35.958.472	22,44%	143,95%	14.739.860	9,01%	-45,90%	27.244.750	21,79%	100,00%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-8.868.899	-6,01%	-37,59%	-14.210.055	-8,87%	-254,20%	9.215.376	5,63%	-243,15%	(6.437.350)	-5,15%	100,00%
Devidos sobre Operações do Período	(5.157.616)	-3,50%	14,55%	(4.502.698)	-2,81%	-47,41%	(8.562.441)	-5,23%	10,95%	(7.717.137)	-6,17%	100,00%
Referentes a Diferenças Temporárias	-3.711.283	-2,52%	-61,77%	-9.707.357	-6,06%	-154,60%	17.777.817	10,87%	1289,12%	1.279.787	1,02%	100,00%
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias - Lei nº 6.404 de 15/12/1976	(243.584)	-0,17%	-2,77%	(250.530)	-0,16%	4,68%	(239.331)	-0,15%	-8,16%	(260.592)	-0,21%	100,00%
Participações de Não Controladores	186.050	0,13%	31,73%	141.238	0,09%	-139,67%	(356.071)	-0,22%	16,65%	(305.244)	-0,24%	100,00%
Lucro Líquido	23.964.551	16,25%	10,75%	21.639.125	13,51%	-7,37%	23.359.834	14,28%	15,41%	20.241.564	16,19%	100,00%